



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1960/15	DATA: 06/10/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 18h01min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ELIANA RENUNCIO BODANESE - REPRESENTANTE DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTO. TANIA MARIA DE PAULA LYRA - CONSULTORA DA ÁREA EM DEFESA AGROPECUÁRIA DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. JOSÉ RODOLFO CIOCCA - GERENTE DO PROGRAMA DE ABATE HUMANITÁRIO DA SOCIEDADE MUNDIAL DE PROTEÇÃO ANIMAL. MATEUS PARANHOS - PROFESSOR DE ETOLOGIA E BEM-ESTAR ANIMAL DA UNESP - JABOTICABAL - SÃO PAULO. LIZIE PEREIRA BUSS - COORDENADORA DA COMISSÃO DE BEM-ESTAR ANIMAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

SUMÁRIO
Criação, manejo, transporte e abate de animais para consumo, e políticas públicas de bem-estar no setor produtivo.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Houve falha na exibição do vídeo. Houve intervenção fora do microfone, inaudível. Grafia não confirmada: Mirela.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Ata.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 15ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2015.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: da Sra. Fortune F. Choen, endereçada ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, sugerindo o apoio desta CPI às organizações protetoras de animais SUIPA e UIPA; da Sra. Fabíola Soares, confirmando a presença da Sra. Tania Maria de Paula Lyra, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, na presente audiência; do Sr. Otávio Andrade, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, informando que foi disponibilizado o plenário principal daquela Casa para a realização da audiência pública solicitada por esta CPI, a ocorrer no dia 26/10/15; do Sr. Sergio Machado Rezende, ex-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, informando a impossibilidade de estar presente na audiência pública do dia 8 de outubro, em razão de estar em viagem ao exterior, representando o Brasil.

A presente reunião consistirá em deliberação de requerimentos e audiência pública com o tema: *Criação, manejo, transporte e abate de animais para consumo, e políticas públicas de bem-estar animal no setor produtivo.*

Nesta oportunidade, ouviremos os seguintes convidados:

José Rodolfo Ciocca, Gerente do Programa de Abate Humanitário da Sociedade Mundial de Proteção Animal - (Requerimento 19/15); Mateus Paranhos, Professor de Etologia e Bem-Estar Animal da UNESP de Jaboticabal-SP - (Requerimento 19/15); Lizie Pereira Buss, Coordenadora da Comissão de Bem-



Estar Animal do Ministério da Agricultura - (Requerimento 19/15); Eliana Renuncio Bodanese, Representante da Cooperativa Central Aurora Alimentos - (Requerimento 72/15); e Tania Maria de Paula Lyra, Representante da Confederação da Pecuária do Brasil — CNA - (Requerimento 72/15).

Vamos dar início aos depoimentos. *(Pausa.)*

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Eliana Renuncio Bodanese, a Sra. Tania Maria de Paula Lyra e o Sr. José Rodolfo Ciocca. *(Pausa.)*

Peço a atenção dos senhores e das senhoras para as normas estabelecidas no Regimento Interno.

Peço a atenção dos senhores e das senhoras para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra por até 20 minutos à Sra. Eliana Renuncio Bodanese.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Boa tarde a todos. Eu estou representando hoje a Cooperativa Central Aurora Alimentos, abatedora de suínos e aves, principalmente em Santa Catarina. Mas estamos também no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Darei alguns detalhes sobre a cooperativa, até para vocês entenderem um pouco melhor algumas coisas que eu vou apresentar aqui sobre o nosso funcionamento e como é que nós atuamos hoje, inclusive na área de bem-estar.

(Segue-se exibição de imagens)

Nossa visão é ser referência como cooperativa fornecedora de alimentos. Esta frase é bastante importante: nós produzimos alimentos. Nossa missão: valorizar a qualidade de vida no campo e na cidade, produzindo alimentos de excelência. Nessa questão de excelência, também estamos contemplando o bem-estar animal e outros fatores de sustentabilidade. Nossos valores: ética, qualidade, confiança, cooperação e sustentabilidade, temas que vocês vão ver novamente na minha apresentação.

O que é o Sistema de Abate Aurora? O que é a Aurora? São 13 cooperativas filiadas. A Aurora é a cooperativa central. Nós temos 70.600 associados,



aproximadamente; 8.951 funcionários das cooperativas filiadas e mais ou menos 26 mil funcionários da Cooperativa Central Aurora.

Essas são nossas cooperativas filiadas. Eu gostaria de dar um destaque bastante importante ao nosso processo. O nosso processo é um pouco diferente. Nós temos o produtor como o proprietário das cooperativas, interferindo diretamente em todas as decisões e tecnicamente muito importante nas nossas decisões, inclusive.

O produtor nos entrega esse produto via cooperativa filiada. A Cooperativa Central Aurora industrializa e comercializa esse produto e o coloca, então, à disposição do mercado consumidor interno ou externo. Mas o que é importante destacar aqui é que o produtor é o dono da empresa, é o dono das cooperativas filiadas, e as cooperativas filiadas são as donas da Aurora.

Programa de bem-estar. O nosso programa tem um compromisso com a produção de alimentos de origem animal. Então, animais que foram tratados com respeito, cuidado... Cuidamos também do bem-estar das pessoas envolvidas no processo e garantimos à sociedade um produto de qualidade ética e sustentável. Eu gostaria de dar destaque, nesse texto, à questão do cuidado com as pessoas também.

Então, basicamente é esse o programa de bem-estar. São essas as nossas regras. Eu gostaria de dar destaque especial ao bem-estar das pessoas, porque o bem-estar animal está muito envolvido com o bem-estar das pessoas.

A nossa política de bem-estar está baseada principalmente no respeito às cinco liberdades individuais. Acredito que todo mundo conheça o Comitê Brambell — livre de fome, sede, má nutrição, desconforto, dor, injúria e doenças, livre para expressar o seu comportamento natural de medo e estresse. Então, basicamente é essa linha, é essa política que temos seguido.

Como vimos cumprindo esses compromissos? Como vimos cumprindo esses itens do Comitê? Primeiro, a preocupação com o bem-estar dos animais e das pessoas sempre esteve presente. Nós somos uma cooperativa. Nós somos formados essencialmente por pessoas, por famílias. O bem-estar animal é importante? É, mas o bem-estar dessas famílias que nós temos aos nossos cuidados também é muito importante. Então, nós tratamos o assunto igualmente.



Em 2002 começaram formalmente alguns programas, apesar de já haver algumas iniciativas dentro da Aurora. Em 2002, nós começamos a fazer vários programas — na época, com a WSPA — Sociedade Mundial de Proteção Animal, com a Dra. Charli, com o Dr. Rodolfo Ciocca. Então, nós já começamos, em 2002, a fazer algumas coisas formais, quer dizer, registrando, com lista de presença, com material. Mas antes nós também já tínhamos algumas atitudes de adaptação de plantas, algumas situações que nós já trabalhamos antes. Mas, em 2002, com o surgimento do Programa de Abate Humanitário, nós conseguimos dar os primeiros passos de forma mais sólida, vamos dizer assim, inclusive com orientações melhores, porque tínhamos boa vontade, queríamos fazer, mas às vezes não sabíamos como fazer. Então, com a WSPA, principalmente, eu acredito que conseguimos avançar, de 2002 em diante.

O que nós vimos? Nós começamos o programa de capacitação em abate humanitário, melhorias de condições estruturais, porque, com esses treinamentos, com esses programas, automaticamente se faziam planos de ação, e esses planos de ação têm prazo, têm valores a serem cumpridos, muitas vezes. Então, nós fomos nos estruturando dessa forma, a partir de 2002.

Quanto às granjas, nós temos uma planta, que é uma planta padrão, e essas granjas são projetadas exatamente para facilitar a vida das pessoas que trabalham com os animais e propiciar bem-estar animal — conforto térmico, densidade adequada, enfim, situações que realmente respeitem o comportamento animal, para que consigamos, de forma mais fácil, inclusive para as pessoas que lidam com esse animal, instalações adequadas.

Assistência sanitária. Hoje, dentro da Aurora, nós temos aproximadamente 150 técnicos e veterinários assistindo esses animais na área de suínos; mais ou menos 71 pessoas na área de frangos; e aproximadamente 40 pessoas na área de bovinos. Então, esses técnicos, esses veterinários têm os programas estruturados. E eles vão seguir esses programas, inclusive onde existe o bem-estar animal. O que eles asseguram? Asseguram que esses animais estejam saudáveis, prevenindo doenças, realizando diagnósticos e tratamento, quando necessário.

É importante dizer que o nosso índice de mortalidade e, inclusive, de morbidade nas granjas é muito pequeno. Nosso índice de aproveitamento realmente



é bom. Isso significa também bem-estar animal. Quando eu não tenho doença, quando eu não tenho mortalidade, eu tenho bem-estar animal.

Nutrição balanceada para cada fase de vida dos animais. Nós temos nutricionistas que já balanceiam toda essa alimentação, de acordo especificamente com idade, com a fase de criação, com a raça desses animais. E dessa forma estamos garantindo a questão da liberdade de fome.

Também há toda a parte de avaliação desses nutrientes. Sabe-se hoje que comida de animal não é mais qualquer comida. Esses animais têm acesso às melhores fontes de alimentação. Essas fontes são sempre analisadas, são balanceadas; com isso, pretendemos, também, entender os animais.

Nós também temos a presença de profissionais capacitados. Depois vocês vão ver na sequência todo o nosso esforço em capacitação. No mínimo duas a três vezes por ano, nós temos um esforço de capacitação dentro da empresa. São contemplados os transportadores, produtores rurais, técnicos, veterinários, inclusive os gerentes das indústrias e todas as pessoas que trabalham com os animais dentro da indústria. Todos eles passam por capacitação. Essa capacitação é certificada. Além dessa capacitação, guardamos todos esses registros, exatamente porque nós também temos auditorias externas que se interessam por esse tema, e é importante mostrarmos que estamos cumprindo isso.

Eu vou falar de alguns trabalhos, rapidamente. Não vou conseguir citar todos, porque, como vocês sabem, desde 2002, muita coisa foi feita, mas citarei alguns trabalhos na área de bem-estar animal. Então, vamos lá.

Nós temos capacitação constante dos funcionários das unidades frigoríficas, principalmente com o Programa Nacional de Abate Humanitário. É um dos programas em que mais acreditamos, em que mais investimos. Por quê? Porque ele é muito coerente na sua forma de ser colocado. Ele tem toda uma parte teórica, tem toda uma parte prática — obviamente, não dá para lidar com os animais levando-se em conta somente as questões teóricas — e tem também um acompanhamento dos indicadores desse treinamento. Então, significa que não é simplesmente um treinamento. É um treinamento avaliado e acompanhado, para ver se realmente estamos fazendo as alterações necessárias. Quem geralmente faz esse acompanhamento conosco é a Sociedade Mundial de Proteção Animal —WPA, antiga WSPA.



Nós também temos o apoio constante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

Gostaria de destacar, principalmente, o papel do Dr. Osmar Dalla Costa, que tem sido uma pessoa incansável em nos ajudar a adequar estruturas, a treinar funcionários, colocando-se à disposição, junto com a EMBRAPA, para nos ajudar nessas questões. Como eu comentei anteriormente, às vezes nós temos mais dúvidas do que respostas. Isso, às vezes, acontece, e essas entidades têm nos ajudado e nos colocado no caminho certo.

Como vocês podem ver, existem materiais que nós usamos. Esses, basicamente, são os materiais usados para os nossos treinamentos do pessoal de frigorífico.

Capacitação constante de transportadores, médicos veterinários e técnicos de campo. Nós acreditamos — isso está constantemente nas nossas discussões internas — que o bem-estar animal só se faz na cadeia. Não existe bem-estar animal só no frigorífico, não existe bem-estar animal só na propriedade. Ou eu trato isso com todos os atores que estarão trabalhando com esse animal vivo, ou, então, falhando num ponto, eu já falhei em relação ao bem-estar animal. Certo?

Então, todos esses atores — transportadores, técnicos, produtores rurais — têm um programa de capacitação. Nesse programa, como vocês podem ver ali, novamente eu cito essas parcerias, que são, principalmente, essas e mais as da Consultoria B, que nós estamos usando hoje. Digo a vocês que eles têm feito um excelente trabalho. Nós, da agroindústria, às vezes nos prendemos um pouco na questão da produção, produtividade, tempo. Eu acredito que essas consultorias têm trazido uma visão muito equilibrada, levando em consideração vários aspectos, não só a parte emocional do bem-estar animal, mas todos os aspectos que envolvem esse tema.

Também temos capacitação de suinocultores nas boas práticas. Nós entendemos que boas práticas têm que estar integradas ao manejo diário. Nós não temos um manual específico de boas práticas dentro da Aurora. Nós temos boas práticas integradas aos nossos manuais de produção. Então, quando vou falar de cada etapa, de cada prática no campo, ou no transporte, ou no frigorífico, eu tenho itens específicos sobre bem-estar animal, mas não dissociado da produção e do



manejo corriqueiro. Nós entendemos que isso deve ser uma prática comum, integrada às boas práticas de fabricação.

Como vocês podem ver ali, nós temos o Documento nº 137 da EMBRAPA, e um outro também, ao lado. Nós, muitas vezes, somos — entre aspas — “o berço de pesquisas da EMBRAPA”. Nós abrimos as portas várias e várias vezes, inclusive ajudamos financeiramente, muitas vezes, em muitas pesquisas. E esses artigos são publicados e colocados à disposição, nacionalmente. Isso não é nosso. Nós não adquirimos direitos sobre esse material, nem requisitamos direitos. Nós ajudamos a fazer, usamos esse material para nós, sim, na nossa linha de produção, mas permitimos toda a publicação do resultado dessas pesquisas também. Isso não fica confidencial.

Capacitação constante, teórica e prática das equipes de apanhe — apanhe de aves, equipes de carregamento de aves. Eu não sei se vocês têm conhecimento, mas as equipes de carregamento de aves são terceirizadas nas empresas. Muitas vezes, elas são um desafio grande para a empresa, porque a rotatividade é enorme. Nessa situação, nós temos a consultoria da empresa A. BEHAR, que tem andado incansavelmente conosco. Nós temos reunido essas pessoas. Nós temos passado 2 dias inteiros treinando essas pessoas — primeiro, na parte teórica; depois, na parte prática —, inclusive, levando-as para o frigorífico, para elas verificarem o resultado do trabalho delas em campo. Esse é um dos últimos trabalhos que temos feito com a consultoria, e estamos bastante satisfeitos com esse aqui também.

Esse é um outro trabalho que nós acabamos fazendo com a EMBRAPA. O que aconteceu? Nas nossas avaliações, nós começamos a perceber que tínhamos alguns pontos críticos. E é nesse ponto que eu destaco a visão das consultorias dentro da empresa. Às vezes, no dia a dia, na rotina do trabalho, não conseguimos enxergar claramente os pontos críticos, não é? Então, nesse ponto é que eu acho que a empresa se vê muito favorecida.

Num dos trabalhos, principalmente com a EMBRAPA, mas também com a WSPA, na época, nós diagnosticamos como a maior causa de lesão nos pernis de suínos a rampa de embarque na propriedade. Então, a partir daí, nós nos dedicamos a produzir um formato, um modelo de rampa de embarque que favorecesse ou que minimizasse o impacto do embarque desses animais, principalmente aquela conexão com o caminhão transportador.



Então, foram feitos esses modelos pela equipe de engenharia da Aurora, mas com a participação do Osmar Dalla Costa, da EMBRAPA. Se vocês quiserem pesquisar, hoje, na EMBRAPA, isso aqui está disponível. Qualquer produtor, no Brasil, qualquer pesquisador, qualquer professor, enfim, qualquer entidade pode usar esse material. E uma coisa que eu acho muito interessante: preocupou-se, também, com o bem-estar e com a segurança das pessoas.

Nessa planta... Houve muita preocupação, porque, quando nós começamos a carregar os animais junto com os produtores — isso também foi salientado pela própria EMBRAPA —, muitas vezes, a espia de sustentação dessas rampas não era suficiente; muitas vezes, esses animais eram pesados demais para a estrutura que estava lá. Então, isso começou a nos preocupar também, em relação à segurança desse produtor, porque ele sobe na rampa junto com todo esse peso, com esses animais.

Então, isso tudo foi adequado. A parte de iluminação foi adequada, inclinação, fechamento dessas rampas, enfim, tudo isso foi feito nessa planta, e nem todos os produtores da Aurora já a possuem. Porém, colocamos uma meta de que todas as pocilgas novas entrariam com as rampas corretas; em todas as reformas seriam usadas essas rampas com o projeto aprovado; e, terceiro, quem não fosse fazer planta nova nem reformar a granja também teria tempo, agora, para trocar a rampa.

Então, esse material está disponível. Se vocês pesquisarem no *site* da EMBRAPA ou em artigos técnicos, vai estar lá também. Foi desenvolvido junto conosco.

Nós temos técnicos agrícolas e médicos veterinários. Eu já disse para vocês qual é o volume, mais ou menos — só em suínos, 150. Todos eles são treinados. Todos os técnicos agrícolas são treinados — de aves, de suínos etc. —, na área de bem-estar animal. Há uma situação muito comum, que nós repassamos para eles no treinamento: bem-estar animal não é só bem-estar do animal; é o bem-estar do produtor, é o bem-estar relativo à produtividade e ao aproveitamento disso tudo. Sim, a empresa está interessada nos animais e está interessada no rendimento. Então, até por motivos econômicos, a empresa está muito interessada em treinar os seus técnicos, porque, quanto menos animais lesionados, melhor para a indústria, o nosso aproveitamento é muito melhor dentro da indústria. Certo? Então, são



questões éticas importantíssimas, porque esse animal está fornecendo a vida para nós nos alimentarmos, mas são questões econômicas também.

Eu comentei com vocês que nós temos manuais de produção. Nesses manuais, em todas as atividades, nós contemplamos o bem-estar animal.

Aqui, só para vocês terem uma ideia, temos vistoria a campo. Os técnicos treinados têm que ir a campo vistoriar. E nessa vistoria têm que deixar um registro. Eu destaco: embaixo tem a assinatura do produtor. Ele é tão responsável quanto nós pelo bem-estar animal. Nós o responsabilizamos por isso também.

Então, só para vocês terem um exemplo da ficha de vistoria, fomos lá uma, duas vezes, ou aconteceu um incidente comprometedor. O produtor já foi treinado, nós já entramos com ações, e ainda assim aconteceu alguma ação que nós pegamos no frigorífico ou que nós vimos *in loco* na propriedade. Existe uma notificação extrajudicial. O produtor recebe essa notificação, e ele pode ser cortado do nosso sistema. Se isso for recorrente, ele pode ser cortado do nosso sistema de produção.

Como eu comentei com vocês, nós temos consultorias externas. Eu quero, inclusive, publicamente, fazer um agradecimento, porque nós dependemos muito da parte técnica das consultorias. Eles vêm com ideias novas, projetos novos, enfim, linhas de pesquisa, economia de custo, às vezes. Junto com as questões de bem-estar, nós economizamos custos com as consultorias. Então, basicamente, são essas as consultorias com que contamos hoje.

Há alguns trabalhos publicados, todos feitos dentro da Aurora. Inclusive, nós não temos direito sobre nenhum desses materiais. Nós não requisitamos direitos sobre os materiais. Está tudo publicado e serve para todas as outras empresas. Quem quiser, poderá fazer uso deles.

A produção intensiva é um desafio. Eu acho que, nessa situação aqui, temos que conversar bastante sobre isso. Nós temos um desafio muito grande na indústria, que é produzir um grande volume de alimento, com qualidade e sustentabilidade, a um valor acessível, para o maior número de pessoas possível. Esse é um desafio muito grande para nós. Nós temos que manter o produtor rural na sua atividade. Esse também é um desafio que nós enfrentamos. E nós temos que respeitar os animais e o meio ambiente.



Então, pessoal, lendo assim, parece um texto fácil e uma missão tranquila, mas não é. Muitas vezes, temos muita boa vontade de fazer, tentamos acertar de um lado e não acertamos tanto do outro lado. Mas este é o desafio da produção intensiva: produzir alimentos em um volume considerável.

Muitas considerações finais.

Nós estamos muito comprometidos com as questões de bem-estar animal. Eu acredito que todas as empresas estejam, pelo que vejo das suas ações. Eu vejo, dentro dessas empresas, não só ações ligadas ao bem-estar animal, mas também ao bem-estar das pessoas que estão no processo.

Com certeza, a pessoa que faz menos esforço para conduzir o animal, a pessoa que conhece o comportamento do animal, a pessoa que tem uma estrutura física adequada para lidar com os animais vai fazer o seu trabalho com paciência, calma, tranquilidade. Então, isso tem que ser levado em consideração.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu queria agradecer-lhe pela sua explanação. O Presidente já está voltando. Ele foi marcar presença na Comissão aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Sra. Tania Maria de Paula Lyra. *(Pausa.)*

Sra. Tania, antes de a senhora começar a explanação, eu queria, primeiro, passar o vídeo da reportagem do *Fantástico* sobre a convocação desta audiência pública. Depois continuaremos as explicações.

(Exibição de vídeo.)

(Falha na exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não vai, não é? Então, você carrega, e nós passaremos depois. Isso é coisa do Deputado Valdir Colatto, que sabotou aqui. *(Riso.)*

Então, com a palavra a Sra. Tânia Maria Paula Lyra.

A SRA. TANIA MARIA DE PAULA LYRA - Nós queremos agradecer o convite, parabenizar o Deputado Ricardo Tripoli e o Deputado Ricardo Izar pelo interesse.

(Segue-se exibição de imagens.)



Esse é um assunto que nós consideramos da maior importância. O próprio título — *Criação, Manejo, Transporte e Abate de Animais para Consumo* — já tem a definição de bem-estar animal. Começa na criação e termina no consumo.

A avicultura brasileira, só para falar do nosso agronegócio na área, é extremamente importante. Representa 1,5% do PIB brasileiro, 5 milhões de empregos diretos, 8,5 bilhões de dólares em exportações, atende 40% do mercado mundial de carne de frango e representa 47% das carnes produzidas no Brasil, tendo 160 mil avicultores envolvidos.

A suinocultura também tem uma representação muito grande: 3.6 bilhões de toneladas são produzidas; gera 1 milhão de empregos diretos e indiretos; tem uma receita boa nas exportações, 1.5 bilhão; e 581 mil toneladas são exportadas para 60 países, enquanto que, na avicultura, são 158 países. E atende 40 mil produtores rurais. Isso é para mostrar o nosso universo de trabalho.

A bovinocultura brasileira também tem uma grande representação: 167 bilhões de hectares de pastagem, um rebanho de 208 milhões de cabeças, um abate representativo, participa da produção de carne bovina — 10.7 milhões de toneladas. Consideramos que representa 170 bilhões em retornos, na cadeia, mas envolve 5 milhões de produtores rurais. Esses são os números dos nossos clientes.

Em relação a bem-estar animal, temos de levar em conta a característica individual do animal e não algo proporcionado ao animal pelo homem. Ou seja, é o estado do animal em relação às suas tentativas de se adaptar ao ambiente, como a saúde humana. É o equilíbrio entre as forças que tendem a desequilibrar o nosso sistema.

Nós sabemos que a Organização Mundial da Saúde Animal — OIE definiu a forma como o animal lida com o seu entorno e as boas condições de bem-estar. Se ele estiver saudável, confortável, terá condições de expressar suas formas inatas de comportamento. E precisa disso para ser livre da dor, do medo e da angústia.

Então, as boas condições de bem-estar exigem a prevenção de doenças e o tratamento veterinário.

O Comitê Brambell, que já foi até citado, depois da publicação daquele famoso livro *Animal Machines*, definiu uma coisa muito importante: não se pode buscar no sistema de produção apenas dois parâmetros — produção e produtividade. Temos de verificar, também, se os animais têm aquelas cinco



liberdades mínimas: virar-se, cuidar-se corporalmente, levantar-se, deitar-se e estirar seus membros.

Então, a ausência de bem-estar e sofrimento não pode ser confundida, por favor, com crueldade animal. Isso é uma coisa anormal, é algo terrível! Mas ausência de bem-estar animal não é crueldade. Num processo criatório, ambientalmente benéfico, eticamente defensável, é o necessário para que tenhamos realmente uma criação aceitável. E a sociedade deseja comer carne com qualidade ética, oriunda de animais criados, tratados e abatidos.

Já houve alguns avanços. Este foi um grande avanço: um grupo de trabalho foi criado para analisar bem-estar no transporte de cargas. E a CNA participou desse grupo, já opinando e considerando todos os aspectos de bem-estar.

As exigências internacionais de bem-estar animal não são antigas. Elas começaram a ser discutidas na OIE em 2001 e só foram publicadas em 2005. Eu participava dessas reuniões da OIE, e bem-estar não entrava como uma das prioridades. Entrou apenas nesse período. E a saúde animal é um componente-chave do bem-estar animal. Então, ficou dentro do grupo do Comitê.

O grupo de trabalho da OIE, de 2002, então, estabeleceu os princípios, que foram incluídos na legislação do Código Sanitário para Animais Terrestres, em 2005.

Em relação a políticas públicas, há um problema. As políticas públicas têm que refletir o anseio da sociedade e têm que ser aplicadas. Muitas vezes, a sociedade até desconhece isso.

A primeira política pública de bem-estar animal, no Brasil, é da época de Getúlio Vargas, de 1934. O decreto-lei de Getúlio Vargas manda prender quem pratica maus-tratos de animais e diz que todos os animais são tutelados pela lei. Depois, temos o decreto da inspeção, a Instrução Normativa nº 03, de 2000, que fala dos métodos de abate humanitário. Na esfera estadual, nos temos uma lei do Paraná, que trata da obrigatoriedade, em todos os matadouros e frigoríficos, do emprego de métodos científicos de insensibilização. Isso não foi citado, mas em Santa Catarina existe uma lei muito boa de bem-estar animal. Têm até um manual.

O bem-estar, desde o embarque na propriedade rural até a operação de sangria, — tudo isso é um elo —, tem que ser acompanhado. Se há falha num desses pontos, já ocorre um problema.



A insensibilização de animais é uma operação mais crítica, durante o abate. E o abate humanitário é uma técnica científica, que busca garantir o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria, considerando-se sempre o abate como a morte de um animal por meio da sangria.

O abate de animais destinados ao consumo assumiu uma importância científica, quando foram observados os eventos que antecedem a saída do animal da propriedade rural. Ele é mal conduzido, jogado num caminhão, às vezes quebra a perna. Isso não poderia acontecer. Todos esses aspectos têm uma grande influência na qualidade da carne.

As legislações prezam e obrigam o abate humanitário de animais por dois motivos: a qualidade do produto final e o bem-estar animal.

A qualidade do produto é evitar o *stress* e o sofrimento. Métodos cruéis de abate, como marreta, lança, causam um efeito tecnológico na carne — é a tal PSE (*Pale, Soft, Exudative*). A carne fica pálida, mole, exsudativa e com maior probabilidade de deteriorar.

No abate com marreta ou método similar, o animal pode acordar durante a sangria e debater-se, colocando em risco até os profissionais. Como foi dito, temos que pensar também no bem-estar das pessoas. E caso a marretada não cause a morte do animal, o que vai acontecer? A insensibilização também? Os pulmões e o coração param de funcionar, e a sangria será deficiente.

Existem explicações até científicas para se respeitar o bem-estar animal. O bem-estar animal é uma preocupação da população com métodos humanitários de abate, com a metodologia de produção de alimentos e a busca por modelos certificados. O que isso causa? Maior atratividade dos consumidores da carne.

A ABCS — Associação Brasileira dos Criadores de Suínos fez um trabalho fantástico. Ela realizou sete fóruns estaduais sobre boas práticas de manejo e princípio de bem-estar animal em Toledo; Carazinho, no Rio Grande do Sul; no Espírito Santo; em Goiás, em Rio Verde; em Uberlândia; em Belo Horizonte e aqui em Brasília. Treinou praticamente 700 produtores. Ela sugere a abolição de gaiolas de gestação, o que foi um passo importante e que deverá ser implantado, porque as principais agroindústrias brasileiras — a BRF, a JBS — já anunciaram a transição para esse sistema produtivo. Essas são algumas ações que mostram o trabalho da



Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. Ou seja, é um setor privado altamente envolvido e participante.

A Associação Brasileira de Proteína Animal, que substituiu a ABF, criou um protocolo de bem-estar para frangos e perus, em junho de 2008. Esses requisitos são aceitos internacionalmente, porque a iniciativa privada brasileira participa do CISA — Comitê Interamericano de Sanidade Avícola, criado pela OIE.

A Associação Brasileira de Proteína Animal mostra todos esses aspectos; entre eles, a sangria imediata após a insensibilização.

Ela publicou um artigo sobre avicultura de corte, mostrando o que é uma boa alimentação, quais são os critérios de bem-estar, as medidas que podem ser verificadas na granja — um bom alojamento, uma boa saúde e o comportamento apropriado.

O que significa isso? Todos os indicadores estão ali do lado. Se eles não forem cumpridos, aparecerão lesões. Da mesma forma, a fome prolongada, a ausência de conforto no ambiente, a falta de conforto térmico, o caminhão muito cheio, a densidade das gaiolas vão representar prejuízo. Qual é o comportamento apropriado das aves? Bater as asas. Elas têm que ter condições de bater as asas.

Como a iniciativa privada está participando disso? Dentro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — eu sou recente lá, antes eu era do Ministério da Agricultura, onde me aposentei —, eu fui surpreendida favoravelmente. Há ações que o Ministério não adotou. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural fez a qualificação em suinocultura. Está ali o *site*. O SENAR lançou a capacitação gratuita em suinocultura. Ele lançou também bem-estar nas boas práticas agropecuárias. As recomendações sobre bem-estar animal foram apresentadas ao setor. O *site* pode ser aberto por vocês. O educador do SENAR ensina a arte de bem-estar animal. Em relação à avicultura, foi feito um curso em Mato Grosso. No SENAR de Mato Grosso do Sul houve orientação sobre manejo e ordenha correta para uma produção de qualidade. No FAEG/SENAR, em Goiás, fizeram seminários sobre equideocultura. Isso foi feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. São coisas que talvez nem conheçamos. Precisamos divulgar esses trabalhos maravilhosos que existem.

O bem-estar, na visão geral do setor produtivo, está cada vez mais presente nas preocupações morais das pessoas, nesse final de milênio. Então, realmente temos que ficar felizes, porque parece que as pessoas acordaram.



O setor produtivo tem demandado um número cada vez maior de regulamentações para melhorar a qualidade de vida dos animais. Porém, os produtores rurais, como eu disse antes, são em número muito grande — aves, suínos, bovinos. Em relação a algumas ações, eles precisam de um tempo para se adaptar e de financiamento para adotar medidas economicamente viáveis para se manter nessa atividade. Acima de tudo, os produtores da área de produção animal que a CNA representa precisam buscar o entendimento e a cooperação com todos os órgãos de bem-estar animal. Isso pode resultar em avanços e no entendimento de todas as demandas da sociedade. Se ficarmos contestando, nós só vamos perder tempo. Não há por que contestar.

A evolução tecnológica do setor produtivo vem acontecendo em todo o mundo, com a adoção de novas tecnologias que visam ao bem-estar animal. Os cursos de boas práticas agropecuárias já tratam do bem-estar animal.

Há generalização de casos pontuais. Por exemplo: “*Encontramos um cavalo caído na rua, atropelado*”. Não vamos pensar nessas questões pontuais e deixar que o *Fantástico* as explore. Vamos tentar mostrar o lado positivo, porque, dentro de um universo significativamente maior, esse não pode ser um ponto de partida para a regulamentação do bem-estar animal. É muito mais importante o nosso universo ser olhado de uma forma bem clara, bem nítida, para traçarmos ali as regulamentações. Por quê? Porque as políticas públicas, as normas, os regulamentos, as leis têm que refletir o desejo da sociedade, mas elas têm que ser implantadas. Como eu disse, a lei do Getúlio está aí desde 1934. Foi implantada? (*Riso.*) Então, cabe à sociedade conhecer essas leis, cabe a todos nós divulgá-las, para que sejam implantadas efetivamente.

A humanização dos animais deve ser evitada, não é? Senão, nós vamos correr o risco de retroceder em juízo de valor. O que seria essa humanização de animais? Há pouco tempo, eu vi um artigo muito interessante na *Folha de S.Paulo*. Uma moça escreveu que num *pet shop* vendiam-se colchas de matelassê para cãesinhos — e as donas dos cãesinhos estavam comprando essas colchas com o maior orgulho. E ela se perguntava: “*Será que elas se lembram de fazer um carinho neles?*” Será que elas se lembram de ter um carinho com o animal? Não é a colcha de matelassê que importa. Então, o bem-estar animal é algo bem mais profundo.



Ainda faltam pesquisas científicas, que podem ser ampliadas para verificar a viabilidade econômica de todas essas medidas de bem-estar animal. O que se percebe em algumas pesquisas é que, quando são implantadas medidas de bem-estar animal, ganha-se mais, o animal perde menos e lucra-se muito mais. Mas nós precisamos ter mais pesquisas, ampliar essas pesquisas e divulgar essas pesquisas.

Esse é o trabalho da equipe da CNA.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Dra. Eliana tem um voo marcado para as 17 horas. Eu queria saber se algum dos Parlamentares tem alguma pergunta direcionada a ela, porque aí já a fazemos e a liberamos para o voo. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Fui autor do requerimento para a Dra. Eliana vir a esta audiência.

Eu queria testemunhar o trabalho da Dra. Eliana, que é médica veterinária. Há muito tempo ela trabalha na área do bem-estar animal, junto à Aurora, uma das maiores cooperativas do Brasil, com 70 mil pequenos produtores. Quero, também, cumprimentar a nossa representante da CNA.

Tive o cuidado de ir à Aurora ver o sistema que é adotado lá, no cuidado com os animais. Não ouvi você falar da recepção dos animais ali — acho que poderia ser dado um toquezinho, que é uma coisa fantástica: climatizado, com banho, com baias separadas, um cuidado todo especial, pessoas especializadas.

Queríamos mostrar esse lado para o Deputado Ricardo Izar, mostrar o lado bom, o lado do Brasil real, como a representante da CNA e a Dra. Eliana mostraram, para que não fiquemos pensando que todo mundo é bandido, que todo mundo é contra animais. Não, ninguém quer praticar maus-tratos contra animais. Existem problemas, mas também existe o cuidado na área de produção. Com certeza, animais de estimação não recebem esse tratamento. É claro que há todo aquele processo de criar, de manejar e de abater para a alimentação, mas esse é um processo da humanidade.

Então, nós temos que olhar esse outro lado também e valorizar esse lado que a Dra. Eliana está trazendo aqui. Por isso eu fiz questão de que ela viesse aqui.



Muita coisa boa está sendo feita Brasil afora. A Dra. Eliana diz: *“Ultimamente, a demanda é tão grande que eu não consigo dar conta das audiências públicas que o pessoal me chama para falar”*. Que bom! Que bom que podemos mostrar isso.

Vamos trazer aqui um pesquisador da EMBRAPA. Qual é o nome dele, Dra. Eliana?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Osmar Dalla Costa.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Osmar Dalla Costa trabalha com essa área de bem-estar animal na EMBRAPA, uma entidade acima de qualquer suspeita ou tendência. Ele vai mostrar técnica e cientificamente esse trabalho dos bons tratos com animais. A Dra. Eliana falou com muita propriedade aqui sobre isso. Acho que isso é importante, para sabermos que as coisas não são só maldade.

Dizem que se tem que punir o pessoal, tem que condenar, tem que não sei o quê, mas por trás disso há todo um poder econômico no processo. Há um custo econômico. Eu não ouvi a Dra. Eliana falar aqui, mas gostaria que ela dissesse, se ela tiver esses números, quanto a Aurora gasta só com esse programa de bons tratos aos animais. Há muita gente envolvida, técnicos, pessoal administrativo, construção, equipamento, transporte.

Em Santa Catarina, está sendo instalada uma fábrica de carrocerias climatizadas para transporte de suínos, já está funcionando, com tecnologia italiana que chegou ao Brasil. Está sendo feito esse trabalho. Então, há todo o cuidado nessa questão dos animais para abate, mas também em relação aos animais dos rodeios, pelos quais o Deputado Ricardo Tripoli briga tanto conosco. Mas brigar dá voto para ele, por essa razão ele é contra isso lá em São Paulo.

Temos que ver todo esse universo, o geral, senão daqui a pouco tudo serão maus-tratos, não se pode mais tratar de animais. Quem sabe nós mudamos a questão humana para o animal? Essa humanização realmente está acontecendo, e eu acho que há alguns exageros nesse processo.

Agora, preocupa-me bastante, Dra. Eliana, a questão das zoonoses de animais como cães, por exemplo, que estão soltos. A Aurora e os frigoríficos têm todo um cuidado com isolamento para cuidar desses animais. Mas não há esse cuidado e controle com cães, que vão a qualquer lugar, vão a lixões, vão a tudo quanto é lugar.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Não, não existe.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Como a senhora vê essa situação de não haver esse controle de animais como gatos, cachorros, etc.? Até pássaros são controlados nos aviários, para não terem acesso.

Então, Deputado Ricardo Izar, é esse cuidado todo que estamos querendo trazer para cá, para discussão nesta Comissão, para depois, no relatório final, podermos equilibrar as coisas. Vamos mostrar as questões ruins, o que está errado e deve ser corrigido. Mas vamos também levar em conta tudo o que está sendo feito de bom, como a Dra. Eliana trouxe aqui.

Eu gostaria que ela colocasse essa questão da zoonose, que não é controlada para cães, que prejudica e que dá complicações enormes — agora, inclusive, com javalis lá em Santa Catarina — no Brasil todo. Qual é o custo disso? Quanto a Aurora está despendendo para poder dar bons tratamentos aos animais?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Nós não temos um número fechado hoje de todo valor que é gasto. Mas só para terem uma ideia, nós já fizemos três adequações de carrocerias até agora. Pode não ter ficado o mundo ideal e perfeito, mas somente numa delas houve um aumento de valores para nós na cifra de 1 milhão de reais, fora todos os treinamentos, todas as pesquisas que custeamos, essas pessoas todas treinadas, pessoas específicas dentro da empresa. O mais caro são essas alterações estruturais. Qualquer trabalho em rampa, qualquer rampa reformada não baixa de 200 a 300 mil reais hoje. Material é muito caro, e ainda há a mão de obra e o acompanhamento do projeto. Então, qualquer alteração que eu faça não vai baixar da cifra dos 300 mil reais hoje. Poucas alterações vão ser menores que isso. Podem imaginar o custo que tudo isso tem.

Por isso, um dos meus eslaides falava muito da coerência, das linhas de crédito e do tempo que o produtor e a empresa precisam para se adequar às normas. Então, isso tudo tem que ser bem pensado.

Eu queria fazer um destaque da fala da Dra. Tania sobre a comparação de ausência de bem-estar com crueldade. Realmente, existe um abismo aqui. Nem sempre, ao não fazerem as coisas perfeitas, as pessoas estão sendo cruéis. São coisas diferentes. Por favor, vamos manter isso em mente, porque é uma coisa muito importante.

Em relação à humanização dos animais, é muito importante que ela não seja feita. Uma das coisas que mais aprendemos com as consultorias, no estudo do



comportamento, é que às vezes a nossa reação não está ligada à reação do animal, que não tem nada a ver. Então, a humanização é um erro.

Em relação a essas questões de animais soltos que não são tratados e que também não têm bem-estar nenhum, vemos produtores nossos questionando: *“Como eu, dentro da minha granja, tenho que cuidar disso e daquilo, sendo que, muitas vezes, eu vou para a cidade, para outros ambientes, e vejo outras situações completamente diferentes?”* Essa questão dos animais soltos é um problema, não só os cachorros, mas as pombas também, que são uma praga na cidade. Essa é uma situação de ameaça para nós da agroindústria, porque esses animais trazem, sim, várias zoonoses, várias situações que nos obrigam a gastar para proteger as granjas, para fechar as granjas mais e mais, para não haver entrada desses animais e falhas de biossegurança. O grande patrimônio hoje do Brasil, e principalmente do Estado de Santa Catarina, é o seu *status* sanitário e, conseqüentemente, sua biossegurança. Então, realmente essa é uma situação que é cobrada de nós. *“Como você vem cobrar de mim, se quando eu vou à cidade eu vejo isso, isso e isso?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dra. Eliana, eu tenho uma questão: quantas plantas no Brasil tem a Aurora hoje?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Quatorze.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quatorze plantas. Os abates se dão onde, nessas 14 plantas?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Cidade?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Em cada uma delas ou o abate é feito em outro local?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Os animais são transportados para abate. São 14 plantas, 14 frigoríficos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, são 14 frigoríficos. O local do abate é nesses 14 locais?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A criação de vocês é própria ou de cada uma das parceiras, das cooperadas?



A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Nós temos criação própria, mas a maioria absoluta é das cooperadas, das nossas cooperativas cooperadas. Elas são as fornecedoras da Aurora.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Em relação às que estão na Aurora e às que estão fora, como vocês fazem com alimentos e vacina?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Das filiadas ou das de fora?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Tanto faz uma como outra. Vocês têm um procedimento?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Nós temos muito pouco mercado *spot* dentro da Aurora. Nós temos praticamente todo o abastecimento próprio. E toda a parte de medicamentos e vacinas é orientada e coordenada pela equipe técnica da Aurora. Significa dizer o seguinte: o produtor entra com instalações, mão de obra e utilidades como luz, água, etc., que são necessárias, e nós entramos com todos os insumos, os animais e a assistência técnica. Então, tudo isso é coordenado pela Aurora.

Se não fosse assim, nós teríamos problema para acessar mercados externos, que são mais exigentes. Hoje, a Aurora é uma das únicas exportadoras para o Japão e para os Estados Unidos. Então, tem que ficar nas mãos da Aurora toda essa coordenação técnica.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, as vacinas e o alimento são fornecidos pela própria Aurora, ou controlados pela Aurora?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por último, quanto ao transporte desses animais, a quem compete a responsabilidade? A senhora falou da rampa. A rampa a que a senhora faz referência é a que está na Aurora ou é a rampa pela qual o animal sai do local onde ele está no criadouro?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Ambas são importantes, ambas são igualmente importantes.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas qual é a responsabilidade da Aurora?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Em todas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nas duas? Tanto a que está lá quanto...



A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Em todas as rampas. Por quê? Porque esse animal é nosso. Esse animal que está sendo carregado ali na propriedade é nosso. É total interesse nosso não só que cumpramos essas regras, mas também que esse animal não se machuque, porque é perda para nós também.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, o animal não é da cooperativa, ele pertence à Aurora.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - É nosso. Não, é da Aurora.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A cooperativa só cria o animal.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Exatamente. Ela recebe por esse serviço que presta na criação, mas tanto o animal quanto a alimentação e os outros insumos de produção são fornecidos pela Aurora, para haver controle.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A responsabilidade do transporte é da Aurora ou do cooperado?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - É da Aurora. Toda a frota é terceirizada, mas também é controlada pela Aurora. Então, a Aurora faz todas as rotas, a Aurora contrata esses caminhoneiros, essas empresas transportadoras. O caminhão não é da Aurora. Para entrar, a empresa precisa se cadastrar, primeiro, no órgão oficial, que seria a Defesa Sanitária Animal. Então, ela tem que estar cadastrada, tem que ter todo o contrato da empresa. Há algumas questões burocráticas. E vai ser feita uma vistoria no caminhão. Então, o caminhão tem que atender a itens mínimos estabelecidos. A partir desses itens, ela aceita ou não. Não vivemos num mundo ideal. Existem momentos em que, é claro, nos apertamos e podemos contratar alguns caminhões — entre aspas — “terceiros”, mas eles não fazem parte da frota comum. Eles têm contrato temporário. E, se quiserem ficar na frota da Aurora, vão ter que se adequar às condições que são exigidas lá.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É muito comum ocorrerem acidentes nas estradas. O último deles foi com um caminhão transportando suínos em São Paulo. Com aves também são muito comuns os acidentes. De quem é a responsabilidade? É do proprietário do caminhão? É da Aurora? Enfim, de quem é a responsabilidade?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Normalmente, a Aurora socorre esses sinistros. Nós temos uma pessoa capacitada. Essa foi uma questão bem difícil para nós, porque, muitas vezes, quando chegamos lá, a carga já foi saqueada.



Existe uma série de situações que são alheias ao nosso controle. Especializamos uma pessoa da Aurora, uma veterinária e uma pessoa da logística.

Então, quando acontecem sinistros, a primeira pessoa avisada é a gerente de logística. Essa pessoa, seja a hora que for, vai ligar para a veterinária. Vai haver um deslocamento até lá, e vai ser feito o melhor possível. A situação que eles encontram muitas vezes é totalmente adversa. Não existe uma regra. Até pensamos: *“Vamos escrever um procedimento para isso”*. Mas aí, quando nós atendemos dois, três ali, vimos que não conseguimos escrever um procedimento para essas situações. Uma hora era num local, outra hora era de um jeito; outra hora tinha morrido inclusive o motorista. Havia casos muito mais graves para nós atendermos. Então, não temos um procedimento escrito, mas temos pessoas que atendem. E aí prontamente precisam analisar no local para saber se é necessário fazer o sacrifício. Enfim, de acordo com a situação, essas pessoas estão habilitadas para fazer as ações necessárias naquele momento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente Ricardo Izar, Deputado Ricardo Tripoli, caros colegas, Dra. Eliana, Dra. Tania, Sr. José Rodolfo Ciocca, essa matéria me intriga. Como já vimos discutindo aqui nesta Comissão, nós temos vários brasis. Eu conheço alguns deles. O Brasil do Sul, do Sudeste e de uma parte do Centro-Oeste tem as melhores práticas em nosso País, porque nós dependemos hoje da exportação. Hoje, somos os maiores exportadores de aves do mundo e o terceiro em suínos.

O mundo globalizado exige que, para se exportar, tenhamos vários convênios internacionais. E exportar para o Japão, para os Estados Unidos e para outros países mais exigentes exige boas práticas. Sem elas, hoje, é praticamente impossível. A OIE vem ao Brasil quase todo o ano. Eles não saem de Santa Catarina. Quando fui Secretária de Agricultura, tive a oportunidade de receber missões e mais missões. Eles vêm com uma equipe que vê tudo, desde o setor de produção, até a parte sanitária. Ultimamente, é tema dessas missões, e sempre há alguém que vem ver boas práticas agropecuárias, BPA, em suínos, aves e bovinos. Mas nós temos vários brasis.



Eu posso afirmar que o grande problema que nós temos hoje com os pequenos produtores, inclusive com os que não estão em Santa Catarina, onde essas empresas cuidam dessa questão mais de perto, é acompanhar a tecnologia que é exigida, inclusive para as boas práticas. Volta e meia, eles têm que mudar as suas granjas, porque se descobre que é preciso dar mais conforto aos animais em termos de clima, climatização dos galpões, quantidade de aves. Muda-se o tamanho, e isso tudo é muito caro.

Quero dizer que eu fico muito feliz quando viajo pelo interior e vejo o que esses setores estão fazendo em nosso País pelo bem-estar animal. Hoje há essa preocupação; não era assim há 10 anos. Hoje, nos frigoríficos de bovinos também existem sempre técnicos, com uma equipe. Como a Dra. Eliana disse, eles saem da propriedade depois de terem verificado como esses animais estão sendo tratados. Por exemplo, no caso dos bovinos, no meu Estado, os caminhões têm que ser emborrachados. Há um tapete que é lavado, há uma limpeza. Enfim, exige-se uma série de coisas, como disse a Dra. Tânia, para não embarcar quebrando perna, como acontecia antigamente.

Então, acho que, nesse quesito, estamos andando muito rapidamente. Agora, existem catástrofes, existem também maus produtores, Deputado Ricardo, que não cumprem e criam animais em condições deploráveis. Volta e meia, os serviços sanitários dos Estados, as agências dos Estados são muito severas quando vão a essas granjas e encontram animais que estão sendo criados de maneira inadequada, até porque para a sanidade é importantíssimo que também haja o mínimo de bem-estar.

Eliana, eu quero lhe dizer que fico feliz quando vejo esses avanços. Eu conheço a Aurora. Há no meu Estado uma unidade. Eles são exemplos em Mato Grosso do Sul e em São Gabriel do Oeste, através da COOASGO — Cooperativa de São Gabriel do Oeste. Eles trabalham apenas com cooperativa. Eles fazem o abate. E as cooperativas trabalham exatamente dentro das normas internacionais que hoje são necessárias no Brasil.

Era isso. Na verdade, não tenho perguntas. Realmente o que nós precisamos é dar crédito para o pequeno produtor investir em boas práticas. E hoje no Brasil exige-se, faz-se a lei, mas não se dá condições ao pequeno produtor, ao médio



produtor, de atender essa legislação, de estar adequado a ela, porque atendê-la se torna realmente muito caro.

É isso que nós temos que tirar deste debate. Se há a lei, temos que ter o crédito.

Era isso o que eu tinha a dizer.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Quero só fazer um comentário, Deputada Tereza Cristina. Essa questão do crédito e do prazo é fundamental! Realmente, os produtores que fazem as adequações principalmente para aves fazem financiamentos, às vezes, com prazo de 10 anos para pagar. Realmente, são situações que facilitariam muito toda essa questão.

Nós sabemos do INOVAGRO — Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária. Foi-nos oferecido inclusive o INOVAGRO. Acredito que alguma linha de crédito para os produtores foi acessada do INOVAGRO.

Há algo que tenho visto do Ministério da Agricultura também em termos de regulamentação. É muito importante a regulamentação em âmbito de abatedouro também porque, quando qualquer situação é infringida hoje no Brasil, dentro dos abatedouros que têm SIF — Serviço de Inspeção Federal, nós recebemos um relatório de não conformidade.

O que é relatório de não conformidade? É um apontamento de que nós estamos falhando em relação ao bem-estar animal. Isso nos obriga a correr atrás da máquina e a fazer melhorias também.

Então, existe mais essa ferramenta de melhoria que é aplicada pelo SIF dentro dos abatedouros, mas existem muitos brasis. Às vezes, eu vejo que há um rigor bastante grande nos abatedores com SIF e não há nenhum em abatedores em que a fiscalização é diferenciada. Essa realmente é uma situação que pode ser melhorada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu gostaria só de dar uma informação. Nós estamos falando aqui em bem-estar animal. Estamos falando da questão dos cuidados com os animais. Eu acabo de receber um telefonema. Em Belém do Pará, acabou de afundar um navio com 5 mil bois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu recebi.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Alguns estão sobrevivendo, mas não há nenhuma segurança. A Marinha diz que não é responsabilidade dela. O proprietário, a empresa do navio diz que não é responsabilidade dele.

Então, na questão dos maus-tratos aos animais ou do bem-estar animal, nós temos uma deficiência. E essa provavelmente, Sr. Presidente, é uma matéria que será discutida aqui nesta Comissão. São 5 mil bois dentro de um navio. Quer dizer, que cuidado tiveram para exportar esses animais para a Venezuela, no acondicionamento desses animais? Cabiam 5 mil bois nesse navio? De que maneira eles foram adequados lá dentro, para afundar o navio? Eu acabei de receber essa notícia agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vila do Conde, em Barcarena.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Está aqui.

Deputada, não fique assustada, não. Quem convocou esta reunião foi o Deputado Valdir Colatto. E eu achei bom. Eu achei que V.Exa. estivesse admirada com o tema. A solicitação é dele, e jamais nós, eu e o Deputado Ricardo Izar, deixaríamos de atendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Valdir Colatto é o mais atendido nesta Comissão. Eu faço questão disso.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes; na sequência, ao Deputado Ronaldo Nogueira e depois à Deputada Raquel Muniz.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu vou ser breve. Primeiro, nós temos que levar em consideração que a EMBRAPA veio para ficar neste País e tem dado uma grande contribuição. E eu chamo a atenção dos Deputados para as emendas, uma parte para a EMBRAPA será bem recebida. Eu boto boa parte para a EMBRAPA.

Segundo, há a questão do mercado. Como nós poderíamos pensar em exportar, matando porco com machado e sangrando com punhal, para fazer chouriço?

Estamos num outro patamar de exigência. Agora, este Congresso não ajuda. Nós não discutimos o desenvolvimento do País. Nós não discutimos financiamento. Faz-se uma PEC de microempresários, mas está aí um bocado de gente. Então, reclamações estão fazendo aí. Mas podem ligar, porque nós estamos disputando Fla-Flu. A Oposição quer derrubar o Governo, e nós queremos sustentar o Governo.



Por exemplo, a questão dos bancos de desenvolvimento, como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, que não é de desenvolvimento, mas tem dificuldade de compreender a política de desenvolvimento, o BNDES, que é só para quem é grande demais, é isso que este Congresso poderia estar discutindo. Mas não, todos os organismos poderiam participar. Por exemplo, o TCU meteu na cabeça que pode condenar qualquer pessoa quando esta é uma atribuição desta Casa. Ele é apenas um órgão auxiliar.

O País está indo para frente por causa de vocês, que tomam iniciativa e vão em frente. Se se espera por muita coisa, minha santa, não espere muito deste Congresso, não. Às vezes, eu fico com vergonha de estar sentado ali, ganhando tão bem dos impostos do povo. Aqui ninguém pode reclamar que a Câmara não oferece bons funcionários. São bons funcionários. Perguntamos qualquer coisa aqui, e eles sabem, estão prontos. Mas nós viemos para cá, minha Nossa Senhora!

Portanto, eu gostaria de fazer todas as minhas emendas para universidades de pesquisa e para a EMBRAPA, porque se o desenvolvimento não investir na educação, nós não vamos para canto nenhum.

Agora, esta CPI também tem gente que faz. Querem que os outros comam carne de jumento, por preconceito e não por questão cultural. De fato, mata-se cachorro. Está esquecido hoje, mas existe gente matando cachorro afogado no Rio Amazonas. Vocês podem ser exemplos, mas não são o exemplo deste País. Peguem o jornal de Mato Grosso de sexta-feira e vejam a quantidade de bilhões que se ganha com animais silvestres sem nenhum tratamento, sem nenhum respeito. Esta CPI está aqui. E nós sabemos como fazem com os cachorros, com os gatos, etc. Vocês são uma ilha. Não é o normal deste País. As multinacionais vêm para cá e passam a ser o exemplo.

Como botam 5 mil bois num navio? E que tipo de navio é aquele? Não é um navio desses transatlânticos. Não é esse navio que vai para o mar, é um navio de água doce feito de madeira por ali, etc.

Então, estamos aqui não por diletantismo, não. Nós estamos aqui, porque nós gostamos de animais. Achamos que, para o desenvolvimento dos animais, é importante o que vocês estão fazendo. Mas é uma ilha, é uma ilha. Nós estivemos pensando no pessoal que ganha a vida com camelos no Rio Grande do Norte. Nós pensávamos que era um absurdo. Ela deu um *show* de como se trata. Existe plano



de saúde para os camelos, o que maioria do povo não tem. Mas, como é o ganhador dela, ela investe para que possa prestar um serviço, cobrar o que ela tem direito, e quem puder pagar pague. Então, o que vocês estão dizendo me deixa muito tranquilo.

Agora, esta CPI não é invenção dele nem nossa. Existe um foco material que tem que ser resolvido. Se o governo A ou B não liga, eu respeito quem votou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Quero cumprimentar o Presidente, o Deputado Ricardo Izar; o Relator da matéria, o Deputado Ricardo Tripoli, e os nossos convidados: o Sr. José Rodolfo, a Dra. Tania e a Dra. Eliana.

Os animais, principalmente os bovinos, os suínos e as aves, são produto do negócio da cooperativa Aurora. Eu quero dizer aqui que, para nós brasileiros, é uma das empresas, mesmo que seja uma cooperativa, que nos traz muita satisfação. Ela é importante tanto para o mercado interno como também para a exportação, na competitividade, em que pesem as dificuldades tributárias e de infraestrutura do nosso País que são enfrentadas. Nós precisamos reconhecer o protagonismo de vocês neste aspecto de desenvolvimento.

Os animais que eu mencionei aqui são produto do seu negócio. Práticas são adotadas por essa rede. São 14 plantas, e sabemos do planejamento estratégico de expansão, de crescimento. Só não expandiu mais por causa das dificuldades econômicas que o nosso País enfrenta. Inclusive, na nossa cidade de Carazinho, nós tínhamos uma expectativa de uma planta da Aurora lá.

Eu gostaria de fazer uma pergunta. A preocupação maior eu acho que não é tanto no aspecto da planta interna e do manejo interno das plantas da Aurora. Quem conhece ali realmente fica impactado, porque são práticas e iniciativas de primeiro mundo. São incontestáveis as práticas ali. Mas a Aurora tem condições. Eu acho que ela pode dar esta grande contribuição para o País, desde o início, lá da granja e do transporte. E o problema maior que impele a esses animais um sofrimento grande é justamente o transporte, é justamente o excesso de animais. Muitas vezes, o transportador ganha por peso e aí coloca animais. É comum sair nas estradas e ver os transportadores de porcos, principalmente porcos e bovinos. Realmente há



um excesso. Além do risco de vida do próprio transportador, os animais ainda são submetidos a um sofrimento. Às vezes, são viagens que duram 8 ou 10 horas.

Eu acredito que a Aurora e a CNA, tendo em vista que são entidades representativas... Só vamos mudar este País através da educação.

Os pombos são um problema. Eliminar todos os pombos, eliminar uma espécie... Se há cães soltos, a culpa é do homem. O homem é o grande vilão de todos os problemas sociais de agressão à terra e de agressão aos animais. Infelizmente, o homem perde a noção. Imaginem colocar 5 mil bois num navio. O homem, por ter o senso de raciocínio, de razão, de escolhas e de livre arbítrio e por ter responsabilidade, poderia ganhar dinheiro e viver num ambiente em que todos poderiam viver harmoniosamente, sem problema. Se alguém deixa de cumprir com a sua parte, cria-se problema, cria-se problema para as outras espécies.

Então, é uma grande realidade. Mas nós não temos como fugir do mundo. Nós precisamos dar uma contribuição para tentar melhorar.

Portanto, a minha manifestação seria no sentido de fazer um apelo para a Aurora e para a CNA. E nós, através da legislação, devemos implementar medidas de controle maior no que diz respeito aos transportes desses animais. Além de colocar em risco o transportador, o trânsito e a vida de outras pessoas...

Dia desses, lá no Estado do Rio Grande do Sul, eu parei num posto, e um transportador de bois estava almoçando. Eu fiquei olhando aquela carga. Eu não sei como um ser humano pode não ter o senso — sei que o aspecto econômico é importante e tal — para ver que aquilo ali não se justifica, ultrapassa as linhas da razoabilidade para qualquer pessoa. Aqueles animais tinham sido socados dentro daquela carga. Talvez o dobro da quantidade permitida estivesse ali, num calor intenso. E ele não teve nem a sensibilidade de estacionar o caminhão pelo menos numa sombra.

Então, sinceramente, o Congresso é reflexo de uma sociedade, infelizmente, que não tem razoabilidade nos seus valores, nos seus conceitos e nos seus princípios. Mas acho que instituições como a de vocês são importantes ferramentas para irmos mudando. Nós aqui vamos fazendo a nossa parte, como os Deputados Ricardo Izar, Ricardo Tripoli e os nossos Deputados que estão aqui nessas Comissões e entendem que o desenvolvimento é importante para o Brasil. Mas o desenvolvimento não pode acontecer a qualquer pretexto, aniquilando as outras



espécies. E eu sei que vocês compartilham desses mesmos princípios, desses mesmos ideais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero agradecer aos palestrantes. Tenho certeza de que sairemos daqui melhores do que chegamos, após ouvi-los.

Quero cumprimentar o nosso Relator e o nosso Presidente e fazer uma reflexão. Nós estamos falando de transporte de animais. Aproveitando o ensejo, nosso Ministro da Saúde agora é um colega desta Casa também. Talvez isso facilite até essa nossa reflexão.

O Ministério da Saúde, com o SUS, tem resolvido em parte — nós somos até modelo no mundo — a questão da assistência às pessoas. Nós observamos que não só no âmbito do Ministério, mas até das nossas cidades, a questão dos animais não é relevante. Muitas vezes o trabalho não é feito de maneira conjunta, mas descentralizada. Muitas vezes a competência de recolher o animal que está solto na nossa cidade não é da Secretaria de Agricultura e Pecuária. Há um setor, outra Secretaria, que faz isso. Então, não há uma coordenação e uma relação.

Nós observamos que esses animais às vezes perambulam pelas ruas, colocando em risco a vida deles e a das pessoas também, motivando também acidentes de trânsito. Hoje, como o Deputado Valdir Colatto e a Deputada Tereza Cristina colocaram aqui, a nossa agricultura e pecuária respondem por aquilo de melhor em nosso País. Então, há todo um cuidado com relação a isso. Nós temos que nos preocupar com o alimento destinado às mesas dos brasileiros, mas também com as nossas exportações.

Com relação ao *pet*, não há uma política pública. Então, é necessário que esta Casa Legislativa comece a pensar nisso e que esta CPI aponte algumas respostas com relação a isso ou pelo menos faça alguns encaminhamentos, para que efetivamente nós entendamos de quem é a responsabilidade. Às vezes, um animal é recolhido, a Prefeitura faz até o trabalho, recolhe o animal, paga uma multa, esse animal volta para a rua de novo, uma, duas ou três vezes. Há gestor que às vezes aumenta a cobrança pela segunda e terceira vez, cobra um valor até maior. Mas o animal continua solto pela rua.



Nós observamos a política pública para o animal, para o *pet*, aquele que está em contato direto conosco, que também promove e transmite doenças. Então, nós temos que ter um olhar diferenciado.

Com certeza, esta Casa vai chamar à Comissão de Seguridade Social o novo Ministro para vir aqui. Mas que nós possamos apontar para ele, também, através da nossa CPI, caminhos com relação tanto aos animais para consumo — há uma cultura disso, nós trabalhamos com isso, estamos vivendo disso; isso é importante para o Brasil — como também para os pequenos animais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria complementar com uma última pergunta.

Segunda as pesquisas, a criação intensiva de animais para consumo humano é a maior causa do aquecimento global. O que é feito pela Aurora para amenizar essa questão do aquecimento global? Como é feito o abate humanitário dos animais? O que significa abate humanitário?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Posso responder todas agora?

Concordo com o Deputado Chico Lopes e com a Deputada Tereza. Realmente existem muitos brasis dentro deste Brasil. Realmente nós vemos algumas coisas que não estão corretas. Vejam o exemplo desse *e-mail*. A regulamentação é o que pode dar um alento a isso tudo. Regulamentação é que vai fazer com que haja regras para isso e para que se sejam fiscalizadas determinadas coisas, a fim de que, pelo menos, se minimizem os impactos, porque não acontecer nunca também... Nós não vivemos num mundo ideal, não vamos pensar nisso porque não é assim que a coisa acontece na prática.

No que se refere à questão da ilha, eu acredito que educação e regulamentação sejam questões básicas a se tratar para que não tenhamos realmente um formato de ilha.

Quanto à questão do produto do nosso negócio, Deputado Nogueira, realmente o transporte é um gargalo. É muito difícil lidar com essa questão. Eu lido com a questão do transportador, a questão humana dele, lido com a questão financeira dele, porque eu também tenho que mantê-lo na atividade, lido com as questões de logística e com necessidade de abastecimento dessas plantas e lido



com questões horrorosas de todas as estradas. Eu poderia citar muitas variáveis que estão aqui dentro.

Como fizemos dentro da Aurora com relação a isso? O transportador não ganha mais por peso. Ele sai com uma carga fechada. Quando ele cadastra o caminhão, como eu disse aqui no início, existe um cadastro desse caminhão, ele é medido, e não é medido no seu formato global, é medido em gaiolas, que são os compartimentos que existem dentro das divisões do caminhão. Essas gaiolas formam uma determinada metragem, e essa metragem é dividida pelos suínos que poderão caber nela.

Quem dera já estivéssemos conseguindo cumprir os 235 quilos por metro quadrado que a EMBRAPA coloca em seus manuais científicos, mas nós estamos chegando lá.

Como eu comentei antes, nós fizemos três mexidas nos caminhões, inclusive de troca de todas as carrocerias. Uma das alterações que fizemos foi exatamente o transporte por espaço. O ganho desse transportador não é por peso. Realmente percebemos que fugiam do nosso controle as questões de bem-estar animal e as de lesão também. Muitas vezes, era um sacrifício muito grande para o produtor conseguir colocar esses animais dentro dos caminhões. Prejudicávamos inclusive o produtor, que não conseguia colocar os animais dentro dos caminhões, porque ele queria ganhar mais mesmo.

Então, isso foi alterado. O pagamento não é mais dessa forma, é por rota. Pagamos por rota. Agora, o caminhoneiro já sai sabendo quantos suínos cabem lá dentro e o peso.

É claro que não vivemos num mundo ideal. Temos coisas para melhorar ainda, mas esse é um passo que se deu.

Esses tempos de viagem, às vezes, são um problema muito grande mesmo, não tanto no Sul, mas no Sudeste e no Centro-Oeste. Talvez o Ciocca depois possa falar melhor sobre isso. Nas experiências no Sul, as propriedades e os abatedouros são mais próximos. No Centro-Oeste realmente as distâncias são maiores.

O que nós recomendamos e o que está inclusive no manual? Há uma série de procedimentos, como o jejum alimentar que esses animais têm que fazer antes da viagem, para que não sofram com o estômago cheio, o que fisiologicamente causaria mais um sofrimento, e o jejum hídrico, para que eles tenham acesso a



muita água antes da viagem. Sugere-se, em determinadas condições, molhar os animais antes da viagem.

Outra recomendação é que não se pare o caminhão. A pior situação levantada nos estudos da EMBRAPA e das consultorias da BEA e da WPA é a do caminhão carregado parado. Essa é a pior situação fisiológica que o animal enfrenta. Aprendemos isso em treinamentos. Por isso, traçamos a rota para o início e o fim da viagem. Muitas vezes, quando identificamos caminhão parado, o técnico questiona, porque, como nós temos rastreabilidade desses caminhões, sabemos a que horas saíram e chegaram. Nós temos programados o carregamento na propriedade programado e o horário de chegada ao frigorífico. Então, não há muito como parar, porque, se parar, vai furar um desses dois horários. E, se furar esses horários, ele paga multa.

É claro que pode acontecer um problema mecânico, alguma coisa assim, mas a incidência é pequena. Nós temos controle dessas derrotas. A Cielo controla todas as nossas rotas. Então, vemos no mapa todo o deslocamento desse transportador a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Só para fazer justiça, aquele caminhão que eu mencionei não era da Aurora e não estava transportando para a Aurora. Ele estava fazendo transporte para outra empresa do ramo.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Mas a minha intenção com o comentário é dizer que existem formas de se trabalhar isso e de se ver isso de uma maneira profissional.

Então, acredito que ficou respondido.

A questão dos *pets* eu também acho que passa muito pela educação. Essa situação de abandono é um problema para nós, como sociedade, e eu acredito, sim, que ela passa muito pela educação.

Sobre o aquecimento global, realmente, a produção intensiva de animais tem essa tendência, vamos dizer assim, apesar de existirem muitas teorias em relação ao aquecimento global, existirem muitos erros e acertos em relação ao aquecimento global. O que nós fazemos hoje? Primeiro de tudo, nós procuramos atender à legislação nacional. Primeiro de tudo, nós adequamos produtores, nós adequamos fábricas, nós adequamos plantas, veículos, tudo o que estiver ao nosso alcance, à



legislação nacional. Essa é nossa primeira atitude. Essa é a premissa básica dentro da empresa.

Nós também temos vários controles. Temos departamentos específicos dentro da empresa relacionados à parte de meio ambiente, tanto na parte de meio ambiente relacionado à indústria, quanto na parte de meio ambiente relacionado à agropecuária. Como vocês viram na minha apresentação, nos manuais de produção, nós não tratamos desses assuntos distintamente, nós tratamos deles em conjunto.

Então, quando eu falo dessa etapa de manejo, dentro do procedimento operacional de lavar a pocilga, quando eu trato desse procedimento operacional, por exemplo, eu não só estou tratando de todas as outras questões, como por exemplo, os EPIs — Equipamentos de Proteção Individual — do produtor, situações relacionadas ao produtor, como também trato de questões ambientais nesse procedimento operacional.

Então, sim, existem muitas situações de aquecimento global, porém eu acredito que existam formas de minimizar esses impactos. E minimizar como? No mínimo, cumprindo essa legislação nacional que nós temos. E, segundo, fazendo da melhor forma possível com procedimentos operacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tenho uma última perguntinha. E aí eu a dispenso, Dra. Eliana.

Apesar de todas as informações apresentadas, ninguém pode negar que procedimentos como marcação de animais com ferro em brasa; descorna, que seria a retirada dos chifres; mutilação de caldas e orelhas; debicagem, que seria a extração dos bicos das aves; castração sem anestesia e confinamento de animais em celas de gestação são todos procedimentos padrão da pecuária em todo o Brasil. Como é possível alegar que animais não sofrem maus tratos durante esses processos e que essas práticas são justificáveis?

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Bom, nada é uma verdade única. Como eu disse, nós temos muitas coisas realmente para... e dependemos muito dos institutos de pesquisa, dependemos de educação, dependemos de conhecimento, na verdade. Ainda tem muita coisa para se conhecer na área de bem-estar animal.

Vou citar um dos casos. Quando nós falamos da questão de desgaste de dentes de leitões, ou de debicagem, o que é melhor eu fazer? Eu deixo de debicar e deixo as aves se mutilarem? Ou eu deixo de desgastar o dente de um leitão, e ele



arranca o teto da mãe dele? São questões que nós vamos ter que sentar, discutir e conversar, porque ambas as situações são muito ruins. Nós não trabalhamos com descorna nem com uma série de processos que foram citados aqui, mas, por exemplo, a castração: já existe, já está se iniciando hoje, por muitas empresas, a imunocastração dos leitões. Já é muito usada a imunocastração, porém nós temos algumas questões, inclusive legais, com a imunocastração, porque, para nós, em termos de processo, a imunocastração é muito melhor — em termos de processo — do que pegar leitão a leitão e fazer o processo de castração cirúrgica. A imunocastração é uma injeção. São duas injeções, na verdade. E existem questões legais em relação à imunocastração.

Então, nem tudo está pronto, nem tudo está no mundo ideal, nem tudo está ótimo, mas são questões que precisam ser discutidas um pouco mais profundamente para se entender o porquê de elas serem praticadas na indústria.

Outra questão que eu vi é sobre as celas de gestação. As celas de gestação, para vocês terem uma ideia, quando eu comecei a trabalhar como veterinária, há mais ou menos 20 anos, elas foram colocadas como uma técnica preconizada — e há os artigos técnicos todos da EMBRAPA —, elas eram o método padrão para as nossas granjas. O que nós fizemos? Nós mandamos os produtores colocar celas de gestação em todas as granjas. E eles gastaram com isso. Eles gastaram muito com as celas de gestação. Houve gente que ficou quase 10 anos pagando o financiamento das celas de gestação. E o que acontece agora? Agora vem toda essa tendência da retirada das celas de gestação. Eu não estou fazendo uma crítica. Eu só estou tentando complementar e dizer para vocês que precisamos olhar os assuntos com a profundidade necessária. E os institutos de pesquisa tão renomados que a gente tem, as ONGs renomadas que a gente tem, que são coerentes, equilibradas na tratativa dessas questões podem ajudar muito, porque nós temos muitas dúvidas. Nós temos dúvidas.

Muitos procedimentos inclusive os produtores não querem mais fazer, mas é o que há disponível neste primeiro momento. Então, sim, precisamos de mais estudos, precisamos olhar essas questões com coerência, com técnica e talvez regulamentar isso tudo, mas estudar profundamente, porque, como eu disse para vocês, entre um e outro, quem eu vou favorecer nessa história toda?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço à Dra. Eliana. Pode ir embora, senão a senhora vai perder o voo. A moça já está chamando a senhora lá.

A SRA. ELIANA RENUNCIO BODANESE - Obrigada a todos, pessoal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria chamar à Mesa o Sr. Mateus Paranhos para ocupar o lugar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, a gente põe no final, senão não vai dar tempo de ouvir todo o mundo. Não tem problema, ninguém vai pedir verificação, vai? Então, pronto.

O vídeo já está pronto? O vídeo que a gente ia passar? E chegou o vídeo do barco, acabou de chegar aí para a gente. Pode colocá-lo. Logo na sequência, o Dr. José Rodolfo Ciocca vai ter a palavra por 20 minutos.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu preciso colocar o do barco? Não preciso, né?

Com a palavra o Dr. José Rodolfo Ciocca.

A Deputada Tereza Cristina quer usar a palavra?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu queria dizer que isso aí é o retrato do que a gente vê no Brasil inteiro. As Prefeituras têm os abatedouros. Eu até sou contra abrir abatedouro municipal. Só que, de repente, se você não abre o cara está matando embaixo da árvore. É tão ruim quanto. Então, é cultural, é educação, e a vigilância sanitária precisa fazer o controle nos açougues, porque ninguém controla o roubo de gado e aí os açougues acabam abatendo esses animais embaixo de árvores, que são roubados, sem o menor controle de qualidade. Enfim, você pode estar comprando realmente carne contaminada. Agora, precisa uma política pública. O Brasil precisa exercer. Lá no Mato Grosso do Sul, eu vi uma planta. Foi fechada. E ele nunca mais foi reaberto. Não sei se agora esse ano foi, porque ele não tinha a menor condição de funcionar. Agora são pequenos frigoríficos que dão emprego e, às vezes, como é que o Prefeito não reabre? Então tem que ter uma consciência, e nós temos que ter a obrigatoriedade de que as prefeituras tenham veterinários. Hoje, eles não estão dando conta de pagar suas



folhas, seus serviços. Então, é muito complicado. Nós precisamos achar um caminho, senão essa história que vimos aí vai se repetir por muito tempo ainda, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra por 20 minutos ao Dr. José Rodolfo Ciocca.

O SR. JOSÉ RODOLFO CIOCCA - Boa tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer pela iniciativa e também agradecer a oportunidade que temos para poder contribuir da melhor forma possível com base, inclusive, numa realidade que enfrentamos e que estamos trabalhando desde 2008 no Brasil.

Poderia colocar, por favor, a apresentação?

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou rapidamente explicar quem é a organização. Talvez muitos não a conheçam.

A World Animal Protection, conhecida anteriormente como WSPA, ou Sociedade Mundial de Proteção Animal, é a maior organização mundial de proteção animal. Nós estamos em 14 escritórios no mundo e trabalhamos na implantação de práticas comunitárias relacionadas a quatro grandes áreas, que vou falar depois.

Um ponto importante que gostamos de ressaltar é que muita gente faz associação de uma ONG de proteção animal com radicalismo ou ativismo. Isso não necessariamente é verdade.

Então é uma ONG que, primeiro, ela não é uma ONG abolicionista. Trabalhamos com fatos e dados da ciência. Buscamos, com fatos e dados da ciência, trabalhar justamente para melhorar e para implementar boas práticas de bem-estar animal ao redor do mundo. Então, esse é um foco importantíssimo da organização.

É uma das organizações mais influentes do mundo hoje. Temos parcerias formais e também influências como, por exemplo, nas Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde Animal, na OIE, entre vários outros que vocês podem ver aí.

Eu faço um ponto especial para a parceria que desenvolvemos em 2007 junto ao Ministério da Agricultura, visando à capacitação dos fiscais federais agropecuários nos frigoríficos do Brasil. Então, esse foi o foco inicial da parceria



junto com o Ministério da Agricultura, assim como nós também temos parcerias com outros Ministérios da Agricultura de outros países onde também atuamos.

Também trabalhamos com parcerias junto a empresas privadas como, por exemplo, uma parceria com a Nestlé. E, atualmente, ano passado inclusive, firmamos uma parceria junto à BRF visando melhorar as boas práticas de bem-estar em toda sua cadeia, focando inicialmente na parte de transição do sistema de gestação em gaiola de matriz suína para sistema de gestação coletiva. Esse foi o *start* da parceria, da cooperação.

Pela nossa missão, que é mover o mundo para proteger os animais, para atingir essa missão, trabalhamos em quatro grandes áreas que são: animais em vida silvestre, animais em desastres, que enfrentamos cada dia mais, animais em comunidade — trabalhamos diretamente com órgãos como a OIE, por exemplo, a questão da raiva em vários países —, e o foco de hoje, do qual sou responsável, a agropecuária sustentável de animais de produção. É um foco que a organização vem trabalhando bastante em todos os continentes.

Nessa área de animais de produção, há alguns programas e algumas campanhas. Como eu já citei, em 2007, junto com o Ministério da Agricultura, criamos o Programa Nacional de Abate Humanitário — STEPS, um programa que fez muito sucesso no Brasil e que foi trabalhado simultaneamente também na China.

Atualmente, além desse programa, vimos trabalhando junto com boas práticas na granja, pois acreditamos que não podemos trabalhar apenas no final da vida do animal, apesar de este ser um momento importante e crítico, no qual pode ocorrer maior intensidade de sofrimento. Porém, a questão importante que vemos é justamente a produção desses animais, a criação desses animais. Por isso vimos desenvolvendo programas e campanhas que fomentem o bem-estar animal durante a produção. Quando falamos em bem-estar durante a produção, é justamente com base naquelas cinco liberdades, inclusive onde vemos a questão que a própria Eliana comentou, de o animal poder se virar, de o animal ter também algumas necessidades básicas.

A questão da gestação coletiva é um dos pontos que vimos fomentando nessa transição. Sabemos que, no Brasil, hoje, 95% da produção de suínos provém de matrizes criadas em celas de gestação; sabemos que a implantação desse sistema veio justamente com estudos e indicações; e sabemos que hoje existem



alternativas. E buscamos, com base na ciência, mostrar essas alternativas que são viáveis, não só pensando também no bem-estar animal, que para nós é o foco, mas também viáveis produtivamente e economicamente. Dessa forma, lançamos, no ano passado — talvez a Lizie comente —, um *workshop* justamente para tratar desse assunto e discutir mais a fundo esse tema. A Associação Brasileira dos Criadores de Suínos — ABCS — também esteve discutindo proativamente essa questão.

Trabalhamos também muito com sistemas alternativos e bem-estar em galinhas poedeiras e frangos de corte. Trabalhamos, assim como em outros países, junto com a FAO, por exemplo, com o Sistema Silvopastoril Intensivo — SSPI de bovinos e com o bem-estar durante o transporte terrestre. Querendo ou não, este é um ponto fundamental, é um dos pontos mais críticos, é uma das etapas mais críticas para o animal, pois ele se encontra num ambiente totalmente diferente. Isso vai gerar, além de estresse, perdas produtivas.

Sobre o Programa Nacional de Abate Humanitário, para vocês terem uma ideia, de 2009, quando iniciamos as capacitações dos frigoríficos em Santa Catarina, até o final do ano passado, foram capacitados mais de 7.600 profissionais. Esses profissionais são tanto inspetores da inspeção, seja estadual, seja federal, seja municipal, quanto gerentes de unidades, coordenadores. É o pessoal que está diretamente relacionado e lidando com os animais.

Com base no volume de abate desses frigoríficos, nós passamos por 370 frigoríficos — não só por frigoríficos federais — para ver a realidade dos frigoríficos municipais e estaduais, que, infelizmente, como eu disse, representam a boa realidade. Isso porque acabamos nos espelhando apenas na realidade de um federal exportador e conseguimos beneficiar diretamente 6,5 bilhões de animais.

Nesse sentido, para fomentar todo esse programa, há manuais, livros técnicos e DVDs que foram desenvolvidos pela própria organização, além do apoio do Ministério. No Programa de Geração Coletiva, também buscamos fazer vários estudos de casos e comprovar cientificamente, em parceria com grandes universidades do Brasil, a viabilidade e o impacto que isso gera no bem-estar dos animais. Então, no caso de geração coletiva, fizemos tanto um estudo produtivo quanto um estudo econômico mostrando a viabilidade econômica desse sistema.

Agora, eu vou ser um pouco mais focado nos principais desafios, vamos dizer assim, vou ser muito breve na questão do campo. Quando pensamos nos desafios,



pensando em bem-estar animal e em aves, acreditamos que o principal gargalo hoje é a criação de galinhas poedeiras em sistemas de baterias, no qual elas ficam em gaiolas, um espaço por ave do tamanho de uma folha A4, mais ou menos. Então, este é um sistema onde é produzida a grande maioria dos ovos. Sabemos que a transição desse sistema requer vários aspectos a serem estudados, não só o aspecto do animal, que é importantíssimo, mas também os aspectos econômicos e sociais. Sabemos que são práticas e sistemas que podem, com certeza, ser melhorados, porque já existem alternativas. Claro, falta um fomento, falta um apoio na questão de financiamento, na questão de prazos para os produtores.

Há ainda a questão de densidades elevadas na produção de frango de cortes — um problema enfrentado não só no Brasil, mas também em todo o mundo — e também práticas aversivas com as quais trabalhamos, como a debicagem e a muda forçada, no caso de aves.

Só fazendo um adendo ao que disse a Eliana, a debicagem é importante justamente pensando nesse sistema atual para uma ave não machucar a outra. Por que uma ave bica a outra? Aí é que temos que começar a pensar. Por isso que tentamos entender o comportamento do animal: por que o animal morde o rabo do outro, por que um animal bica o outro e gera esse impacto tão negativo? Vamos lá e simplesmente trabalhamos uma ação paliativa, ou seja, vai lá e corta o bico da ave, em vez de entender o porquê de ela bicar a outra.

São pontos importantes a serem considerados, pois, a partir desse momento, começamos a entender e desenvolver sistemas que levam em conta o bem-estar dos animais, mas também a produção e a viabilidade econômica.

No caso de suínos, como comentei, há a gestação em gaiolas. Hoje, este é o sistema no Brasil. Em alguns países já está proibido esse sistema, considerando os aspectos de bem-estar dos animais. Nós fomentamos muito a transição desse sistema, por isso, em nosso *site*, publicamos vários trabalhos, várias ações sobre o tema, no Brasil e em outros países. Acreditamos que deva ser uma transição que o Brasil está enfrentando e que o Brasil precisa ter uma consciência maior no sentido de fomentar, também, a parte de financiamento, de facilitação para o produtor, porque também não podemos gerar um problema social, ou seja, deixar só que os grandes permaneçam.



Agora, outro ponto importantíssimo: quando falamos em bem-estar do animal não significa aumento de custo na produção, não significa somente isso. Muita gente acredita que, tendo um sistema de produção ou até o bem-estar implementado durante o transporte e o abate, haverá um custo, ou seja, só os grandes vão conseguir aderir. Isto não é uma verdade absoluta. Claro, existem custos maiores, porém, são sistemas um pouco alternativos e bem diferenciados, um sistema de criação ao ar livre, um sistema que, conseqüentemente, vai ter um custo diferenciado.

Outro ponto importante é o manejo inadequado. Quando falamos de maus-tratos, a grande maioria das vezes não é porque o produtor, ou porque a indústria, ou porque a pessoa que está lidando diretamente com o animal faz porque quer maltratar o animal. Ela faz isso porque não sabe, não conhece o animal. Então, uma pessoa que vai manejar um bovino, um suíno, usando um pau, acaba usando formas aversivas, machucando o animal, porque não conhece, porque não tem a educação. Este é um ponto bastante falho, hoje, que vemos no Brasil, porque não existem formas de fomentação. Nós investimos, a organização, mais de 5 milhões só no Programa de Abate Humanitário, para tentar gerar essa educação. Nós vimos que isso trouxe resultados. Então, é uma questão de investimento em educação.

Há outras questões, como, por exemplo, a marcação de animais pelo corte da orelha, pelo desbaste dos dentes, pelo corte da cauda, comentando mais uma vez o que disse a Dra. Eliana. Por que muitas empresas, ou granjas, hoje, já não adotam o desbaste ou o corte do dente? Porque buscaram entender a origem. Por que o leitão, na hora de mamar, ele machuca a porca? Então, neste sentido, a ação paliativa é justamente ir lá e cortar o dente, ou desbastar o dente. Mas se a porca não está bem alimentada ou se ela está com estresse sistêmico, ela não vai produzir leite suficiente e, conseqüentemente, o leitão vai ficar buscando leite, e isso vai gerar uma ferida na teta da porca.

Agora entender essa situação, entender esse processo, é importante justamente para evitarmos práticas como essa, que muitas vezes são desnecessárias e não devem ser rotineiras.

Se eu tenho um problema grave na minha granja, aí sim, eu posso fazer um corte com uma ação paliativa para evitar um problema maior, porém isso não deve



ser uma prática rotineira. É por isso que se precisa, muitas vezes, de uma normatização.

A questão da eutanásia na granja é uma situação bastante complexa e, ao mesmo tempo, eu chamo aí a atenção para a parte do transporte de animais que não estão aptos. Infelizmente é uma prática para a qual o Brasil não está preparado, a questão do sacrifício dos animais nas granjas. Animais doentes, animais debilitados e fraturados acabam sendo enviados para os frigoríficos justamente porque não há condições abate ou de sacrifício desses animais na granja. É um problema sério que o Brasil enfrenta, ao qual, de fato, não é dada a devida atenção.

Quanto à questão do transporte talvez o professor Mateus, pelo seu grande conhecimento, possa falar um pouco mais a fundo, mas acho que eu posso focar mais em dois pontos. Atualmente, não há uma legislação, uma norma vigente que assegure o bem-estar dos animais durante o transporte, independentemente do meio, seja terrestre, seja aquático, por exemplo. Além disso, os motoristas estão despreparados para transportar carga viva.

Acho que várias pessoas viram aquele acidente em São Paulo. Gerou aquela repercussão justamente porque travou o trânsito em São Paulo, mas se sabe que esses acidentes ocorrem frequentemente em nosso País, e só não têm mais repercussão porque não acontecem dentro de uma grande capital. Foi um caso claro em que o motorista estava despreparado, ou seja, não havia um plano de treinamento de capacitação. As empresas não preveem plano de contingência. Se acontece um problema como o de hoje — inclusive está a foto ali do que aconteceu com os animais — qual é o plano de contingência da empresa? O que eu vou fazer com os animais? As empresas não preveem isso.

Não é exigido, o Governo não exige que a empresa tenha — ou que o responsável pelos animais — um plano de contingência. Sabemos que acidentes podem ocorrer e que é preciso tomar uma ação imediata. Este é um ponto em que devemos trabalhar e que deve ser levado em consideração.

Algumas considerações sobre o abate, só para mostrar a insensibilização dos bovinos. Insensibilização, para quem não sabe, é tornar o animal inconsciente antes de fazer a sangria dele. Para o animal não sentir dor, ou não sentir agonia, aflição, eu preciso tornar esse animal inconsciente. Isto é a insensibilização.



Se observarmos o Serviço de Inspeção Federal, incluindo apenas mercado interno e países da Lista Geral, à exceção dos países da União Europeia, verificaremos uma grande variação na questão dos animais que são bem ou mal insensibilizados. Apenas 87% dos bovinos com inspeção federal, habilitados para o mercado interno, são bem insensibilizados, ou seja, boa parte ainda é sangrada consciente.

Então, os principais problemas são a falta de conhecimento e de treinamento, equipamentos sem manutenção e, também, muitas vezes, sem a contenção devida. Para insensibilizar um bovino é preciso uma pistola de dardo cativo — instrumento semelhante a uma arma de fogo —, porque, quando se contém a cabeça do animal, a eficácia é muito maior, praticamente de 100%. Isto é fundamental no momento em que se vai fazer a insensibilização.

Para os suínos é a mesma coisa, mas eu chamo atenção para outro ponto, a situação dos frigoríficos estaduais e municipais. Mais de 70% dos suínos abatidos nos frigoríficos estaduais e municipais não são bem insensibilizados, ou seja, são sangrados conscientes, são sangrados vivos, e **sofrem**. E esta é a carne que, infelizmente, vem para a nossa mesa. Esta é a carne que vai para os restaurantes, porque não se exige a origem da carne, e é a carne que provavelmente estamos consumindo. Isso se estende então para a esfera federal, onde 20% ainda estão sendo sangrados conscientes.

Os problemas são os mesmos. Se pensarmos em quantidade de animais, isso representa que, considerando-se esses 20%, em torno de 10 milhões de suínos são abatidos sem insensibilização ao ano.

Semelhança dos principais problemas: os equipamentos disponíveis não atingem a corrente elétrica para tornar o animal inconsciente. Não há uma certificação dos equipamentos, ou seja, podemos produzir o equipamento em uma autoelétrica para insensibilizar os suínos, mas não há uma certificação. Não há, por exemplo, uma certificação do INMETRO, que garanta que aquele equipamento de fato seja eficaz para aquela finalidade. A manutenção precária dos eletrodos também é outro ponto fundamental.

Aqui vemos, antes e depois do treinamento, uma redução drástica de animais mal insensibilizados. Eu chamo a atenção para o frigorífico B, por exemplo, com mais de 50% dos animais mal insensibilizados, e passou para 40%. Por que ele não



teve uma melhoria significativa? Porque não há, muitas vezes, uma norma tão exigente. E é por isso que vimos lutando, é nisso que estamos trabalhando, para que o Brasil possa evoluir nesse sentido.

O uso de bastão elétrico: se V.Exas. olharem ali, praticamente 90% a 100% dos animais — suínos, no caso — são manejados com bastão elétrico nos frigoríficos. Este não é um dado inventado. Realizamos uma auditoria no frigorífico, fizemos um *check-list* e observamos isso em vários frigoríficos: a maioria acaba sendo manejado por bastão elétrico. Isso gera problemas de bem-estar, isso gera problemas de qualidade, isso gera problemas de perda de carne.

Aí vemos a insensibilização do frango de corte. Também é outro tema interessante. Só que eu chamo a atenção aqui para outro ponto: essa diferença, que não é de serviços de inspeções, se dá quando o animal é exportado para a Europa; isto é, há um privilégio um pouco maior. Quando é para a Lista Geral, quando é para o mercado interno não é cumprida, de fato, a questão do bem-estar? Isto acontece justamente porque alguns países exigem um melhor padrão de bem-estar e, conseqüentemente, esses pontos são atendidos. Isso gera uma vantagem.

Aqui mostramos também o antes e o depois. Para V.Exas. terem uma ideia da eficiência do treinamento. Sabemos que existem pontos em que não se consegue chegar a zero, porque o próprio sistema de insensibilização de frangos, ou seja, passar o animal na água eletrificada para ele perder a consciência, não é 100% eficaz. Hoje, os sistemas eficazes requerem um investimento bem maior. Este é um sistema que tem que ser mais bem estudado, tem que ser mais bem trabalhado, para que seja fomentado.

Os principais problemas, motivos de falhas: o sistema de insensibilização não garante 100% de eficiência e a baixa corrente elétrica não causa inconsciência. Muitas vezes, essa baixa corrente elétrica é utilizada para atender mercados como, por exemplo, o mercado Halal e o mercado Kosher, que são abates religiosos. O Brasil exporta muita carne para esses mercados. Então, para conseguir atender a todos os mercados, inclusive a esses, é preferível fazer da forma aceita por aqueles para quem se está exportando, no caso, o abate Halal. Ou seja, o brasileiro consome muita carne proveniente desse tipo de abate.

Algumas necessidades prioritárias, só para finalizar: vimos urgência na formação do responsável pelo bem-estar em cada frigorífico. Isso não significa que a



pessoa tenha que trabalhar só para o bem-estar, mas tem que haver uma pessoa que responda e que tenha autonomia para tomar uma ação corretiva, uma ação imediata no caso de algum problema, como, por exemplo, de um acidente.

Adequação do sistema de insensibilização e contenção, inclusive para abate religioso. Se V.Exas. forem a um frigorífico para acompanhar um abate religioso — sem insensibilização, no caso —, vão ver que a contenção é totalmente precária. Para um animal ser contido de forma precária, cinco pessoas terão que segurá-lo com uma corda para degolá-lo vivo. A legislação brasileira não assegura esses pontos. Tudo bem que, por estarmos num Estado laico, nós precisamos respeitar todas as religiões, porém, no caso específico, o que deve ser respeitado é apenas a não insensibilização, quando é realizado o abate religioso, mas o animal deve ser contido de forma adequada. Hoje, nós acabamos ficando à mercê desses mercados, e os animais não são contidos de forma adequada.

Sobre a redução da diferença do cumprimento de bem-estar entre os frigoríficos, está claro, eu acho que talvez a diferença dos serviços de inspeções estadual, municipal e federal é o que tenha sido o foco dessa reportagem do *Fantástico*. Quando nós entramos no âmbito federal, nós ainda entramos em três níveis: o Serviço de Inspeção Federal habilitado só para o mercado interno, com um nível inferior comparado com o Serviço de Inspeção Estadual Habilitado Lista Geral, que tem um nível inferior ao Serviço de Inspeção Habilitado Europa. Ou seja, nós acabamos infelizmente consumindo carnes provindas de animais com bem-estar prejudicado.

Falo agora sobre dar prioridades a essas normas que já foram desenvolvidas, mas ainda não foram publicadas. Acho que, desde 2010, eu tenho vindo a Brasília. Eu fiz parte da Comissão de Bem-Estar justamente para desenvolver a atualização da Instrução Normativa nº 3, de 2000, que trata especificamente de abate humanitário. Não houve, até hoje, uma publicação, ou seja, ficamos anos trabalhando, e não houve uma publicação de uma norma, de uma atualização, assim como a de transporte.

Para concluir, então, as normas brasileiras vigentes não suportam os padrões de bem-estar animal recomendados. Quando eu falo isso, eu não falo com base na União Europeia — não é com base na União Europeia. Nós não precisamos nos embasar na União Europeia, mas com base nos padrões da OIE — World



Organisation for Animal Health. O Brasil é signatário da OIE, mas muitas vezes não cumpre as recomendações da própria OIE.

As normas são elaboradas, porém tardam muito para serem publicadas — é o caso tanto da legislação de transporte, quanto da de abate humanitário. Garantir apoio a esses órgãos fiscalizadores é fundamental. Então, por que fomentamos o sofrimento de milhões de animais, quando a produção é destinada para o consumo interno? Esta é uma pergunta que eu deixo no ar, porque, querendo ou não, somos consumidores.

Qual é o custo do bem-estar? O custo do bem-estar é ver que o animal está feliz, que o animal está podendo expressar o seu comportamento, que o animal está podendo expressar a sua própria produção. Então há um impacto muito positivo na produção, da qual o Brasil depende.

Porém, quando nós não temos o bem-estar atendido, nós vemos práticas como essa. Isto não é uma raridade num frigorífico. Para vocês terem ideia, 50% ou mais, de acordo com uma pesquisa feita no Brasil, das carcaças bovinas tem pelo menos um hematoma grave. Ou seja, se o Brasil abate 41 milhões de cabeças bovinas, 20 milhões têm pelo menos um hematoma grave, devido a problemas de manejo, devido não à crueldade, mas à falta de informação. Falta informação, falta as pessoas entenderem essa questão, o quanto isso reflete no animal e também na própria qualidade da produção.

Então, quem ganha? É um ponto fundamental. Todos ganham nessa cadeia. O animal é o principal ganhador, porque ele vai ter seu bem-estar garantido, mas até o produtor e o consumidor ganham bastante com isso, porque eles vão ter uma carne de melhor qualidade. O animal estressado vai gerar defeitos na carne. Nós compramos muita carne de má qualidade, porque nós não sabemos. Teoricamente nós fazemos uma intuição pela coloração, pelo cheiro, mas nós não sabemos o porquê de aquela carne ter ficado dessa forma.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. Mateus Paranhos, por 20 minutos.

Convido a Dra. Lizie Pereira Buss para compor a mesa.

O SR. MATEUS PARANHOS - Boa tarde, senhoras, senhores, Deputados, Deputadas! É um prazer estar aqui para falar desse tema. O Deputado Ricardo Izar,



Presidente da Comissão, me pediu para realizar minha apresentação trazendo alguma proposta. Então eu vou fugir um pouco do esquema que montei para atender à solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Faça o que o senhor preparou.

O SR. MATEUS PARANHOS - Não, eu estou feliz com isso.

Vamos começar a entender essa história desde o começo. A sociedade civil organizada, ou desorganizada, começou a reclamar da situação, lá na Europa, na Inglaterra — vou pegar o exemplo da Inglaterra, ele é bem interessante —, e a questionar o sistema de produção desenvolvido em 1950, logo depois da Segunda Guerra, para atender uma demanda de alimento e uma preocupação, porque eles não queriam que se repetisse no futuro a fome que passaram na Primeira e na Segunda Guerra.

Então, senhoras e senhores, gaiola de galinha poedeira não foi inventada como uma atitude cruel. Criar galinha poedeira naquela época, num chão, sem um conhecimento específico sobre o controle dos parasitas, vermes e outros bichos que estavam por ali era difícil — a coccidiose é um ótimo exemplo para isso. Era difícil porque eu dava um medicamento, mas a galinha estava em cima de um substrato contaminado, recontaminava-se, o medicamento tinha um efeito de curtíssimo prazo.

O que eles fizeram com a galinha em 1950? Tiraram-na do substrato, puseram-na dentro da gaiola. Naquele momento, ninguém estava pensando no bem-estar da galinha. A referência, a busca, o objetivo era produzir alimento, comida de qualidade. Quando eu falo nessa qualidade, talvez não estivessem nem pensando na qualidade organoléptica, mas sim na qualidade sanitária, algo que fosse um produto que alimentasse e garantisse a saúde da população. Isso aconteceu com a galinha.

As porcas também foram parar em gaiolas, porque, quando elas estão em grupo, elas brigam, uma come mais do que precisa, outra come menos, elas se agridem. Isso causava um impacto na gestação dos leitões, causava absorções embrionárias, abortos, uma baixa produtividade.

Alguém inventou uma gaiola que resolveu esse problema — 1950/1960. O foco era outro, eu ouvi a Eliana falando disso aqui, todo o mundo foi estimulado, a pesquisa estava orientada para isto: vamos produzir. A questão do bem-estar do



animal era mencionada, mas num universo alheio ao da produção, estava no universo da filosofia. A demanda do consumidor naquele momento era por comida, comida saudável.

O que aconteceu a partir de 1964? Começaram a surgir outras demandas. O livro *Animal Machines*, da Dra. Ruth Harrison, o qual já foi citado pela Dra. Tânia, fez uma denúncia séria sobre os sistemas intensivos de produção para algo que ainda não estava despertando a atenção de ninguém, dizendo assim: “*Quando nós colocamos os animais sob essas condições, eles sofrem*” — sofrem. A ciência hoje prova que eles sofrem. Mas até aquele momento, o que era sofrimento animal? Era algo que poucos pensavam, e não havia praticamente nenhuma ação.

Talvez para a sorte dos animais, esse material, essa publicação ganhou publicidade num jornal, num periódico. O livro dela saiu no *The Guardian*, em cadernos especiais, todos os finais de semana. A população leu, ficou chocada e pressionou o Parlamento — talvez V.Exas. também sofram esse tipo de pressão: tem que mudar alguma coisa! Só que o Parlamento britânico, como o Parlamento brasileiro, recebe uma demanda. Ele olha e fala: “*Tá, e daí? O que eu vou fazer com isso? O que é certo, o que é errado?*”

O Comitê Brambell é um comitê científico. Então o Parlamento nomeou um cientista reconhecido na época para discutir o problema. À luz do conhecimento da época, eles não puderam fazer muita coisa, eles propuseram a ideia das cinco liberdades. A ciência não tinha outros instrumentos para orientar além disso.

As cinco liberdades hoje são reconhecidas por muitos cientistas do mundo inteiro como um elemento da história — só da história. Aqui eu já faço a primeira demanda: não incluam nunca as cinco liberdades em qualquer peça legislativa. Elas são impossíveis de serem alcançadas. Garantir, assegurar que nenhum animal sofra medo ou angústia? Eu não consigo garantir que eu mesmo não vou sofrer medo e angústia. Se isso estiver numa lei, numa normativa, numa peça legislativa qualquer, vai ficar para o Juiz, na sua decisão, interpretar aquilo, e isso é impossível, é uma utopia. Como princípio é muito interessante, como uma recomendação e até uma exigência, se virar lei, é algo para não ser praticado, porque nós não temos esse controle. Nós não temos esse controle, Deputado.

Então, para onde nós vamos? A ciência... Esse movimento todo começou nas universidades da Europa — não é por outro motivo que estão na frente, mas por



esse. A demanda foi forte lá, e eles tiveram que trabalhar. Então, criou-se o que se chama hoje a ciência do bem-estar animal. Nós temos que entender o que os animais sentem, quais são as necessidades e quais são as vontades.

Necessidade e vontade são coisas totalmente diferentes. Necessidade é algo pra atender a uma condição biológica: eu preciso daquilo para respirar, para crescer, para reproduzir; já a vontade é algo só que eu desejo, mas se me faltar, se não estiver presente, não vai prejudicar em nada a minha saúde ou a minha condição de crescimento, reprodução etc. Mas, até isso a ciência está estudando, só que ela não consegue avançar na velocidade das demandas. Então, há muita coisa ainda a ser melhor estudada e há muitas questões que foram levantadas no passado que hoje estão sendo questionadas — eu vou tratar de uma delas no final dessa apresentação.

Então, o problema é: toda essa construção do conhecimento nasce em um espaço geográfico grande, mas específico, com uma condição socioeconômica particular, com história e cultura próprias, e criam-se lá a Ciência do Bem-Estar Animal, a legislação, as leis.

Eu estava, em 1998, morando na Inglaterra, quando ocorreu uma guerra entre os produtores, aqui representados pela CNA, a Sociedade de Proteção Animal, outras sociedades que representamos esses movimentos de proteção animal e as legislações, porque era um enfrentamento direto. Naquele momento, eu não assisti àquilo, porque não estava no local, mas eu li nos jornais atos de bioterrorismo: jogar bomba incendiária em caminhão que transportava boi. Veja a que ponto chegou essa guerra lá.

Nós não tivemos isso aqui. Quando eu de lá voltei, percebi duas coisas: primeiro, nós não podemos aceitar isso, temos que agir racionalmente, com inteligência. Qualquer recomendação que vier da Europa, Estados Unidos, da China ou de quem quer que seja, é preciso que a olhemos com atenção e entender: isso se aplica à nossa realidade? Nós não temos feito isso. Nós, agora, temos sido colonizados não pela ocupação física, mas pela imposição das ideias. *“Ah, se você não fizesse assim...” “Mas, porque eu vou fazer assim?”*

Um exemplo disso: as construções do Sul do Brasil para suinocultura, quando começou a intensificação, em 1950, 1960, eram cópias do sistema europeu: tudo fechado — mas num país tropical? Hoje, o sistema *dark house* está voltando com



outra ideia, com a de que eu transformo clima. Mas naquela época não tinha tecnologia para transformar o clima. Hoje, eles vendem a tecnologia para transformar o clima. Vende-se tudo, tudo é negócio. Eu falei, certa vez, para um técnico de uma empresa: *“Você está numa região em que cai muito energia elétrica, que oscila muito, e o que você vai fazer?”* *“Não tem problema, professor, eu também tenho aqui pra vender um sistema moto-gerador tal, tal, tal”*. Negócio!

Eu não estou falando que tá errado isso, entendeu? Eu estou falando que isso tem que ser analisado no nosso contexto econômico-social. É assim que tem que ser analisado: é viável? Se paga? Cria possibilidades daquele empreendedor que está lá, que pode ser pequeno, médio ou grande, desenvolver um negócio de forma sustentável em todos os aspectos, ou vai leva-lo à falência? Não sei! Essa análise é contextual, deve ser caso a caso.

E para onde nós estamos indo agora? A pesquisa de bem-estar animal feita no Brasil precisa de desenvolvimento. Eu estou nessa história, oficialmente, na universidade, desde 1986, mas, participando de grupo de pesquisa, como aluno, desde 1979. Eu posso falar que sou pioneiro, mas já cheguei a ouvir, dentro de instituições oficiais aqui em Brasília, que esse tema era novo e que precisaríamos de mais uns 15 anos pra pensar. Eu, não muito educado, falei: *“O senhor me desculpe, mas, novo pra quem? Para o senhor, talvez, porque pra mim não é novo, e pra muita gente não é novo”*.

A coisa mais bacana, a coisa mais legal: todos os desenvolvimentos que estão sendo feito em termos de bem-estar de animais de produção aqui nesse País vieram independente da lei, independente da regulamentação. Ah, é verdade que teve uma pressão externa: *“Quer exportar? Tem que seguir a regra, aqui”*. É verdade que houve uma pressão externa: *“quer exportar? Tem que seguir a regra aqui”*. É verdade, mas eu conheço pessoas que não exportam e que estão preocupadas e fazendo direito. Sabem por quê? São pessoas que estão comprometidas com a produção, gostam do animal, gostam do ambiente de produção, gostam da fazenda, gostam da granja, estão lá, com os pés fincados na terra, fazendo seu trabalho de forma honesta, técnica, porque buscam o conhecimento sempre, e, óbvio, com paixão, com vontade de fazer direito.

Esse tema é muito complexo. A OIE — Organização Mundial da Saúde *Animal* reconhece essa complexidade. Não queiram simplificar — essa é a segunda



recomendação, Deputado. Não queira simplificar, não dá, é complexo, envolve muitos aspectos. Se nós não tomarmos consciência das implicações que isso pode ter, uma peça legislativa pode resultar em fracasso, porque ela vai ser inaplicável depois — certo?

Então, tem que ser feito com cuidado. Aquele princípio da precaução é algo que tem que estar sempre sobre a mesa dos senhores e das senhoras, para ser pensado.

É tão complexo! O pesquisador que propôs essa ideia, o David Mellor, transcendeu as Cinco Liberdades, foi além. Outros grupos também foram além. O projeto da União Europeia chamado Welfare Quality, do qual eu estava participando, foi além, também, trazendo outras ideias, que se resumem mais ou menos nisso: o bem-estar não é só saúde, o bem-estar não é só nutrição, o bem-estar é tudo; e um interfere no outro, inclusive nesse aspecto das emoções. Hoje é reconhecido no mundo inteiro que os animais têm essa capacidade de sentir, e nós não podemos ignorar isso.

Tudo nos leva a intensificar — bovino, suíno —, e essa intensificação precisa ser feita com cuidado e não de qualquer forma, porque, se fizer de qualquer forma, nós estamos colocando o bem-estar dos animais em risco. Não só o bem-estar dos animais em risco, a sustentabilidade do negócio em risco.

Eu fui filho e neto de pequeno produtor e vi muito pequeno produtor sair do negócio porque o sistema evoluiu para um lado que não sustentava essa atuação da pequena propriedade familiar. Isso continua caminhando. Eu não sei se é possível alguma ação para resolver isso, mas é um problema que está presente na nossa sociedade.

Por que eu intensifico? Eu já falei: é para ter mais controle. Eu intensifico para ter mais controle, só que agora, depois desse negócio lá da Europa, em 1964, Ruth Harrison etc., é preciso fazer isso de uma forma mais consciente e racional, não se pode fazer de qualquer jeito. Já passou aquela época: põe na gaiola que está tudo certo. Não dá pra fazer mais assim, não.

Outra coisa que eu não podia deixar de falar — e se eu esquecesse isso? Essa ideia de criar solto esta tudo bem é um equívoco enorme. A liberdade é importante em muitos aspectos, mas ela não garante que o animal vai estar bem.



Dados do IBGE: em 4 anos de seca no Nordeste, em 2012, 4 milhões de animais morreram em extremo sofrimento, agonia. E quem é o culpado disso aí? São Pedro? Tem política pública? Com o coitado lá, sabem o que acontece? A vaca dele vai emagrecendo — eu fui lá —, ele fala assim: *“Amanhã vai chover, vai sair um capinzinho, e ela vai engordar”*. Não chove. Aí, ele põe um ovo lá pra chover; faz promessa, e não chove. A hora em que ele acorda de toda essa esperança, ninguém mais compra aquela vaca que não consegue nem ficar em pé.

Eu trabalhei na Frente Animalista Unida — FAU, por 6 meses, e um grupo de trabalho foi pra África, para o chifre da África, aquela região da Somália, onde havia uma seca terrível. Lá, eles encontraram crianças — crianças! —, de 12 a 15 anos, caminhando com os animais. Eles passavam de avião ali, quando avistaram as crianças andando em busca de um lugar que tivesse água e comida. Aquele grupo sabia que não tinha nada — nada! —, e então desceram lá para conversar com as crianças. A resposta foi óbvia: *“Eu tenho que continuar andando. É a única alternativa, não temos outra; mesmo que morra todo mundo no meio do caminho.”*

Então, essa é a outra análise que tem que ser feita aqui. Nós temos regiões do País que enfrentam situações não tão dramáticas como essa, mas como essa que vocês estão vendo ali.

Nós achamos a solução: pegamos esses bichos que iam passar fome na seca, no pasto, e os colocamos num confinamento. Isso deu renda para o produtor. O valor é maior no período de baixa oferta. As vacas estavam morrendo de fome. E naquele jornal *Diário da Manhã*, aquela capa de 30 de setembro de 2007 não é do Nordeste, não; aquilo ali é Goiânia — Goiânia! —, aqui do lado.

Então, a intensificação não é ruim. Ela pode ser boa; depende de como ela é feita. Neste caso aí, ela foi boa em todos os sentidos — econômicos e de bem-estar.

Mas há risco ali. Alguém tem que analisar esse risco e trazer a informação para o Congresso Nacional Africano — CNA, para o produtor, para a Aurora, enfim, para os interessados, para o pessoal que está envolvido na produção.

Sabem o que é isso aqui? É uma intensificação a pasto. Por que eu pus uma intensificação a pasto? Para dizer para vocês o seguinte: a intensificação não é pôr o bicho na cadeia. A palavra intensificação, às vezes, é deturpada. Intensificação a pasto é muito interessante. Só que se eu dimensionar mal as estruturas lá — aqui está mal dimensionado o cocho de suplementação, que é fundamental nesse



processo —, vai ocorrer um problema de ambiente, ou seja, falta de espaço no cocho de suplementação. Gente, eu tenho impactos no ambiente — vocês estão vendo aqui este pisoteio exagerado em torno de um recurso que está concentrado em um lugar —, eu tenho um impacto no comportamento, e eles começam a brigar por esse recurso, uns comem e outros não comem; os que não comeram vão ficar desnutridos, e, por conta disso, vão ficar doentes. Isso tudo é bem-estar do animal. E isso é por conta de um erro de recomendação.

Nós lemos hoje os manuais técnicos e catálogos de produtos de suplementação, onde há uma variação enorme na recomendação da dimensão dos comedouros, e eu me pergunto: de onde saiu aquele número? Não foi da Academia.

A Academia também está devendo — eu a represento aqui, mas ela está devendo. As pesquisas básicas necessárias para o desenvolvimento de um conhecimento fundamental para orientar melhor tudo isso nem sempre estão disponíveis. Não está sendo feita a pesquisa. Muita gente diz: “*não tem dinheiro*”. Mas é competitivo, você tem que escrever um bom projeto. E tem muita gente que não escreve um bom projeto, põe lá e “*leva pau*” — desculpem eu falar desse jeito —, leva um “*não*”, e fica reclamando. De fato, talvez se houvesse uma linha específica — o bem estar animal ainda não é reconhecido como algo importante. A genômica é muito mais importante que o bem-estar. Isso é uma visão da política que orienta o financiamento da pesquisa no Brasil.

E olhem a consequência daquilo que eu mostrei. Isso é uma pesquisa feita pelo grupo da UNESP — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Araçatuba, do Prof. Iveraldo Dutra: surto de botulismo do gado, bebendo água contaminada. E essa água estava onde? No terreno que ficou alterado, formou uma bacia em torno do cocho. E ali morre um sapo, uma garça, e ele bebe aquela água com a toxina botulínica.

Sabem qual é o nosso erro? Foi no passado, e é esse aí: considerar os animais como máquinas. Não importa se ele está criado numa gaiola, se ele está criado numa baia solta ou no pasto, em qualquer lugar. Esse é um erro que a gente tem que mudar, corrigir o mais rápido possível.

E a gente tem que reconhecer que eles não são máquinas, são seres vivos. Então, aqui começa o respeito à vida. Um exemplo disso: a adoção de boas práticas de manejo. Os senhores e as senhoras sabem qual é a mortalidade de bezerros



leiteiros neste País, hoje? Passa de 20%, na média. Isso é um desastre econômico, e, do ponto de vista do bem-estar do animal, também é. A gente conseguiu reduzir isso para menos da metade só consertando manejo, treinando — como o Zé Rodolfo falou —, capacitando as pessoas, orientando em como fazer corretamente. E ali no gráfico o que está em vermelho é a queda de mortalidade, e o amarelo é o uso de antibióticos, mostrando também que os animais ficaram menos doentes. Tudo isso com o manejo.

Tudo isso nós temos apresentado na forma de artigos científicos, ministrando cursos e palestras. Aquela empresa que a Eliana falou aqui, BEA Consultoria e Treinamento, foi incubada dentro da Universidade; são ex-alunos que saíram para o mercado para prestar esse serviço. Isso é muito bacana, porque a gente vê o comprometimento, o envolvimento. Eu fiquei muito feliz de ouvir o elogio dela aqui, porque esses meninos trabalham bem mesmo.

Nós produzimos esses manuais, que foram reconhecidos pelo Ministério da Agricultura e também pela Frente Animalista Unida — FAU, e alguns foram feitos em parceria com a EMBRAPA, como já foi falado, no caso do embarque dos suínos.

Eu só tenho que dizer uma coisa, para finalizar: cuidado com o que se escrevem na lei. Essa lei de 1934 propôs que todos os transportes de animais não deveriam durar mais que 12 horas e, se durassem, deveriam parar e desembarcar os animais. Então, vamos pegar esse destaque: primeiro, ninguém obedece a essa lei. Não há nenhum esforço por parte das autoridades para a aplicação da lei. Mas também não há estrutura para se fazer isso, vai desembarcar onde? Não há essa estrutura de apoio nem nos principais eixos, que dirá nas estradas secundárias; não existe nenhuma iniciativa de avaliação do risco sanitário que isso pode trazer; e não há evidências científicas de que 12 horas é o tempo certo. Como é que eu posso trabalhar com isso?

Se não existe evidência científica, qual o tempo mais indicado? A pesquisa teria que responder isso, mas ela não vai responder tão facilmente, sabem por quê? Há muita variação.

Deputada, a senhora fez uma colocação: são muitos Brasis. O transporte do gado aqui em Brasília, no entorno de Brasília, em São Paulo e no Paraná, é uma coisa; agora, lá no interior do Pará, é outra, completamente diferente. E eu não vejo como resolver esse problema, a não ser que façam leis estaduais ou regionais.



Mas também nós temos diferenças nos animais que estão sendo transportados. Uma vaca de descarte, animais doentes — como o Zé Rodolfo colocou — quando estão sendo transportados, aguentam muito menos do que um animal em pleno vigor. Como é que eu vou tratar um e outro? A lei vai diferenciar isso? Como? Vai ter ambulância? E a condição do clima? Vá ao Pantanal na cheia! Há uma dificuldade tremenda! E as condições das estradas? Eu andei pelo Mato Grosso recentemente, e dá vontade de chorar. Fui até Tangará da Serra, e está feia a coisa lá. O pedágio já está construído — apesar de não ter sido cobrado. Na hora que eu vi o pedágio, fazia tempo que eu não ia lá, eu assustei. Porque o pedágio está construído, o asfalto está bom —, mas eles não cobram ainda. Mas o resto da estrada naquele trecho da 163 está destruído.

Vou terminar com um pensamento ético — esse material vai estar à disposição de todos os senhores, vou resumi-lo. O Peter Singer falou que *“ninguém nunca disse que a gente deveria tratar os animais simplesmente porque isso é bom”*. Ele escreveu isso em 1975. Foi um filósofo que se dedicou por muito tempo à questão do bem-estar animal.

A partir de hoje, eu estou contrariando o Peter Singer. Ele falou: *“nunca é mencionado”*. É. Estou mencionando agora: trate bem seus animais, porque isso é bom.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Dra. Lizie Pereira Buss.

A SRA. LIZIE PEREIRA BUSS - Primeiramente, obrigada a todos pelo convite.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu queria só fazer uma interferência, rapidamente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - ...enquanto é trocado o microfone da Dra. Lizie.

Eu queria parabenizar os dois palestrantes por terem sintetizado muito bem o que é o sistema de produção no Brasil, nesses vários Brasis que nós temos. Eu acho que nós aprendemos muito aqui hoje. Apesar de eu ser produtora rural, de conhecer um pouquinho desses problemas, eu fiquei muito feliz, porque nós temos



que ter isso que vocês disseram aqui: consciência, conhecimento dos problemas. E não fazemos leis para Dinamarca para ser usada no Brasil — nos Brasis que nós temos. Nós temos que fazer o que é possível, e melhorar cada vez mais.

Agradeço muito. Saio daqui muito feliz com a palestra de vocês.

Agora, vamos passar para a Dra. Lizie.

A SRA. LIZIE PEREIRA BUSS - Uma tarefa inglória, não é? Porque, depois que o Prof. Mateus Paranhos fala, é difícil a gente superar... (*Risos.*)

Quero agradecer a todos vocês pela presença, pelo convite de estar aqui falando, nesta CPI, que é muito importante, porque é um momento de debate e questionamento a respeito de como são tratados os animais no sistema produtivo.

Primeiramente, eu gostaria de deixar com o Presidente da Comissão um material que o Ministério divulga, que é feito por parceiros como a WAP e o grupo ético, do qual o Zé o Mateus fazem parte. Eu também distribuí alguns folhetos sobre o que a gente vem trabalhando. Está aí o e-mail, o telefone e a página *web*, se vocês quiserem entrar em contato.

Eu lembro que isso já foi falado antes: a gente tem que ver o animal como entrada e saída de energia, e quanto mais o animal enfrenta condições adversas, mais ele perde energia tentando manter o seu equilíbrio interno — manter a temperatura corporal; manter-se calmo, porque o *stress* também é um fator de perda de energia, e isso compromete a qualidade de vida, de uma forma geral, não apenas a produção.

A gente tem que pensar no bem-estar dos animais em diferentes graus: um animal em excelentes condições, e um animal em péssimas condições. E nós temos que trabalhar para que tudo o que hoje não é proibido — esse é o papel do Ministério da Agricultura e da Comissão de Bem-Estar, na minha opinião —, tudo aquilo é permitido e aceito pela sociedade, seja feito da melhor forma possível. E o nosso trabalho é para que todos os animais tenham uma condição aceitável de bem estar dentro dos processos produtivos.

Nós trabalhamos com ciência, naquilo que nós conseguimos de informação científica — o professor é um grande apoiador; a Organização Mundial de Saúde Animal OIE é outro elemento de referência. Os trabalhos que nós fazemos em conjunto, com vários países — com os da Europa, principalmente —, são outros elementos de informação que nós utilizamos. O professor apontou um dos gargalos



que eu ia dizer, da questão da nossa pesquisa científica no Brasil, que evolui, mas que precisa evoluir muito rapidamente, para atender às demandas que nós temos.

Não é competência da Comissão de Bem-Estar Animal do Ministério questionar o uso dos animais, ou fazer um debate filosófico e moral sobre o uso desses animais, ou o não uso; nós temos que trabalhar com o bem-estar, ou seja, o que é aceito hoje pela sociedade fazer da melhor forma possível.

Esse é o conceito da OIE, lembrando que existe um elemento de saúde física; de saúde mental, onde estão as emoções; de ambiente; e de comportamento expressado pelos animais. Então, um animal que está sadio, confortável, bem nutrido, seguro, etc., etc., como está no conceito da OIE, e que demanda um planejamento de atividades, tanto da questão da assessoria técnica, do produtor rural e das autoridades, em prevenção, controle de doenças, planejamento nutricional, entre outros.

Lembro que a OIE já tem vários *standards* para bem-estar animal, estão disponíveis na página da OIE. Eles são pouco conhecidos por estarem em francês, espanhol e inglês. A Comissão está trabalhando para fazer a sua tradução e divulgação. Tivemos a primeira apresentação na Câmara Setorial de Bovinocultura. Pretendemos fazer uma discussão mais ampla deste material, até para interferir positivamente na alteração desses *standards*, em cima do conhecimento que nós temos, daquilo que se aplica a nós.

Lembro que eles estiveram aqui em 2014, elogiaram o nosso trabalho de fomento, mas falaram que nós carecemos, sim, de regulamentação. E eu fico muito feliz de ouvir aqui a Dra. Tânia e, depois, a colega Eliane, que representa o setor privado, falando que quer a regulamentação. Porque, sinceramente, o que eu vejo na prática é muita ação contrária, muita ação contrária para se estabelecer a regulamentação. Então, fico feliz de as pessoas estarem falando que é preciso regulamentar, porque eu tenho certeza absoluta de que é preciso regulamentar, em cima de ciência e conhecimento científico. Mas o que nós enfrentamos, muitas vezes, no dia a dia da burocracia, é pressão contra.

Lembro que, se a gente quer um produto sustentável, ele tem que ter uma segurança, ou seja, não oferecer riscos à saúde — isso é básico, está bem estabelecido em regras, padrões internacionais e legislação. E ele tem que ter uma



qualidade ética, ou seja, aquele produto tem que ser aceito pelo mercado. E nisso entra o bem estar animal e as boas práticas de produção.

O meu papel, o papel do Ministério, ou mesmo desta Casa Legislativa, penso eu, é tornar sistemas produtivos que são sustentáveis e melhores, em termos de bem-estar animal, mais competitivos e mais lucrativos para o setor. Porque, assim, nós os fomentamos facilmente. Se eles forem sempre os mais difíceis, derem sempre prejuízo, não vão ser implantados na prática.

O papel da Comissão não é o de fiscalização; o nosso papel é fomento, divulgação, capacitação, proposição normativa. Esse é o papel da Comissão.

Nós temos, no trabalho de fomento, uma série de trabalhos com parceiros. Já foi falado o trabalho do abate humanitário. Vou explicar o que é o abate humanitário, já que eu acho que não foi respondido pela Eliane: é todo um procedimento, baseado em conhecimento científico, de qualidade de manejo, de qualidade de ambiente, de capacitação de pessoas, que faz com que o animal não sofra, ou sofra o mínimo possível. Este é o conceito do abate humanitário. Por isso ele prevê uma prévia insensibilização, e não é feita uma sangria diretamente, porque nisso o animal sofre e agoniza até morrer.

Já foram mais de 7 mil pessoas capacitadas e 370 estabelecimentos atendimentos por esta parceria da World Animal Protection com o Ministério da Agricultura.

Nós dispendíamos, como o Zé Rodolfo falou, um esforço enorme internamente para atualizar a Instrução Normativa nº 3, que hoje está vigente, que é falha. Na época em que ela foi feita, ela foi avanço, mas hoje o próprio *standard* da OIE tem em outras referências, o conhecimento científico evoluiu muito, e toda a Instrução Normativa precisa passar por avaliações. Ela está pronta. O objetivo é justamente tudo aquilo que o Zé Rodolfo falou: harmonizar os procedimentos nos diferentes níveis de inspeção, tirar essa diferença de mercado exportador, por ter regras específicas do mercado importador, e dar mais elementos para o fiscal trabalhar do que a normativa do mercado interno. Então, tudo isso foi contemplado. Ela está pronta; acordada com o Consultor Jurídico — CONJUR, do nosso Ministério, acordada com o setor privado, e não sai.

Estes são os números: uma é específica sobre a instrução normativa; a outra, é sobre um processo para aumentar e multiplicar a capacidade de capacitação nesta



parceria. Os dois estão sem tratamento: o de treinamento está andando, mas o de abate humanitário, da autorização da Instrução Normativa 3, está parado. Eu até solicito a vocês que peçam apoio para que isso saia.

Começamos em 2009 um treinamento — que já foi citado — pela Aurora; ela foi uma das parceiras, junto com a EMBRAPA, na capacitação dos condutores. Nós vimos que isso deu muito resultado. Portanto, foi criado um Grupo de Trabalho. Nós discutimos durante 2 anos uma proposta de normatização, e, aí, nos deparamos com a dificuldade de encontrar informações científicas adequadas à nossa realidade. E acabamos trabalhando em dois principais focos: um é a questão da capacitação do condutor, porque nós identificamos que um condutor bem treinado minimiza os riscos de acidente e minimiza os prejuízos em caso de acidente, assim como atende e identifica problemas precocemente, de maneira mais eficaz; o outro, com relação a requisitos de veículos. Veículos que transportam um grande número de animais e que fazem inúmeras viagens precisam ter elementos de segurança, de condição de trabalho adequada para os transportadores, assim como melhores condições para os animais.

Dentro da suinocultura, nós tivemos um primeiro evento, um *workshop*, onde a Associação Brasileira de Criadores Suínos foi parceira e colocou lá, se não me engano, 40 ou 70 produtores que são lideranças no setor. Nós ficamos durante 3 dias debatendo. Houve a participação da USP. A World Animal Protection organizou, nós apoiamos, inclusive com a participação do USDA, dos Estados Unidos, e da DG SANCO da Europa — antiga DG SANCO, hoje DG Santé. Teve uma excelente repercussão, tirou-se muitas dúvidas e, a partir daí, nós formalizamos uma parceria com a Associação Brasileira de Criadores Suínos — o que já foi falado pela Dra. Tânia —, com fóruns de sensibilização dos produtores no foco da gestão coletiva, de tirar dúvidas, de mostrar que não é um bicho de sete cabeças.

Nós temos na nossa página vários materiais que, muitas vezes, não foram publicados por nós, mas são de parceiros, e nós colocamos para divulgação. Também nós temos a base legal toda referente ao bem-estar animal, e está na nossa página também. Indico que visitem a página.

Agora nós começamos os problemas. Não quero transformar isso numa choradeira, mas a gente tem que apontar que a gente faz o melhor possível com o que a gente tem. Lembro que, em 2007, houve uma visita da OIE. Eram quase 9 mil



veterinários no serviço oficial, ou seja, veterinários que trabalham com saúde animal, com inspeção, com vigilância. Hoje, nós somos pouco mais de 5 mil. Esses veterinários oficiais trabalham com saúde pública, ou seja, dentro dos abatedouros, empresas de processamento, com saúde animal, dentro das granjas, e com o fomento — que é a minha parte —, que é a parte de capacitação, orientação e divulgação de sistemas produtivos sustentáveis.

Infelizmente, essa parte não é vista como integrante da defesa sanitária. A defesa sanitária como norma e fiscalização, norma e fiscalização; mas a questão de capacitar, orientar e divulgar as boas práticas não é vista como parte da defesa. Nisso, muitas vezes, a gente tem uma redução dos recursos, e mesmo de foco de atenção dos gestores.

Eu coloco que está rodando nesta Casa o Projeto de Lei nº 334, de 2015, que, visto que há essa carência de veterinários oficiais, ele propõe a terceirização do serviço. Na verdade, é uma privatização. Ele fala de médicos veterinários habilitados. Então, seriam médicos veterinários pagos direta ou indiretamente pelas empresas que fiscalizam. Do ponto de vista técnico, isso gera conflito de interesse e risco para o bem-estar dos animais. Porque uma pessoa que trabalha no frigorífico — eu já trabalhei em frigorífico — se ela não representa o Estado, não tem o poder de polícia e não tem autonomia, ela para o abate, não condena uma carcaça, não destrói alimentos e não sequestra nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LIZIE PEREIRA BUSS - Então, do ponto de vista técnico, isso é um risco. Essas discussões estão rodando, e a Dra. Tânia está participando. O foco é a saúde pública, mas eu não vejo ninguém falando de bem-estar animal dentro desse projeto de lei.

Isso é o quanto nós temos de orçamento: a coordenação inteira tem um pouco mais de 1 milhão e 600 mil. Todos os trabalhos da coordenação envolvem bem-estar animal e boas práticas, de alguma forma. Específico para o bem-estar animal são 500 mil. Eu consegui executar, até agora, 170 mil; nós temos um termo de cooperação que está para ser pago, são mais 100 mil; num edital são mais 250 mil; e mais alguns eventos. Acredito que eu consiga pelo menos uns 70% a 80% de execução, o que é bom. Porque é a equipe. Eu tenho colegas nos Estados que trabalham fortemente, só que não são específicos para o tema do bem-estar animal.



Eles fazem inspeção, trabalham com inspeção de animal. A Mirela é uma dessas colegas que trabalha na Vigilância Agropecuária Internacional — VIGIAGRO, faz essa interface com a gente, mas eles não são específicos para bem estar-animal. Tenho um colega, que hoje está de férias e vai sair da comissão de bem-estar. Então, vai voltar a ficar somente eu. Isso dá uma limitação operacional nos projetos enorme.

Outra coisa, toda vez que troca gestão, eu tenho que fazer uma catequização, dizendo que o tema é importante, que é fundamental e que tem que rodar. Normalmente, o que acontece? Muda a gestão, as pessoas querem saber o que está acontecendo, os processos param, os processos voltam, pensando que nós não temos uma meritocracia implantada no Ministério da Agricultura. Muitas vezes, são pessoas de fora do serviço, que desconhecem a rotina. Isso gera grandes impactos no andamento de projetos.

Deslocamentos. Nós temos recursos de deslocamento. Toda vez que a pessoa fala, *“Nós economizamos xis de deslocamento com passagem e diárias”*, eu digo para vocês que quem para de viajar são os técnicos que executam os projetos, que fiscalizam as indústrias, etc. Nem todo corte orçamentário para economizar é positivo em cima de projetos que são estruturantes, de articulação de longo prazo, etc.

Toda vez que é feito um descolamento, essa avaliação é feita individualmente, pede-se liberação dos recursos. Algumas vezes vem, outras vezes, não. Isso Muitas vezes, é frustrante e dificulta o andamento dos trabalhos previstos.

Lembrando que não é obrigatório, dentro dos currículos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, o tema de bem-estar animal. E aí está uma frase do Prof. Webster, dizendo que o conhecimento sobre o comportamento é tão essencial ao currículo quanto saber cirurgia e patologia para o veterinário, e, muitas vezes, os alunos saem totalmente insensíveis da faculdade porque aprendem procedimentos que não são os mais adequados, digamos assim, em cima da indústria científica que nós temos hoje — não estou falando do seu curta, Professor.

Outra coisa: eu sou Governo, estou num papel de Governo. Existe muita briga entre a sociedade e o pessoal mais extremista e a indústria. E, muitas vezes, a gente tem que pensar que os dois têm papéis extremamente importantes a desempenhar. Quem é mais extremista, quem está mais na ponta do



questionamento ético e moral, está fazendo avançar o nosso raciocínio e os nossos questionamentos. Mas, ao mesmo tempo, o setor produtivo tem que garantir uma sustentabilidade, uma viabilidade, para manter as pessoas nos seus trabalhos e empregos e garantir a produção de alimentos. Seria muito interessante se a gente conseguisse juntar esses dois de forma racional e começasse a discutir em cima de ciência. Muitas vezes, eu recebo uma demanda totalmente viajante de um lado e totalmente contrária de outro. É um gasto bastante grande para harmonizar isso. Nós temos câmaras setoriais dentro do Ministério da Agricultura para reunir todo o setor envolvido, dentro das cadeias produtivas, e eu não vejo, por exemplo, os consumidores participando dessas câmaras, e seria bastante interessante que eles estivessem presentes, até para saber como é produzido o seu alimento. Eu não sei se isso já foi alguma vez solicitado ou não, mas é uma coisa que eu penso.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós já temos três projetos aprovados em parceria com a Europa, todos com recurso europeu e contrapartida nacional: um em parceria também com a ABCS — Associação Brasileira dos Criadores de Suínos sobre gestão coletiva, para estabelecermos um plano de trabalho e uma estratégia de transição para o Brasil; outro sobre boas práticas em transporte marítimo de bovinos. Hoje nós tivemos até aquele incidente horrível. A nossa colega Mirela, que detém bastante informação, vai nos passar como isso acontece. Muitas vezes, ficamos especulando, imaginando isso, isso e aquilo, mas é um procedimento controlado. Pode ser melhor, mas é hoje controlado. E o outro é a questão das alternativas de abate, monitora e estabelecimento de pequena escala, justamente pensando na maior adesão ao SISBI, o serviço de inspeção municipal e estadual, que tem em pequenas escalas e que muitas vezes não tem recurso financeiro para comprar um boxe de contenção *show* de bola, que gera um procedimento mais adequado. Ele tem que, digamos, se virar com alternativas de menor custo. E esse é um projeto que tem esse foco.

Como eu estava falando, naquele trabalho de transporte, ficou estabelecido que nós faríamos uma proposta de regulamentação, que hoje já está no CONTRAN, e elaboraríamos material de referência para a capacitação dos condutores e dos profissionais envolvidos. Nos 2 anos de debate, não nos foi possível elaborar os materiais didáticos. Então, hoje nós temos um edital do IICA, que está em fase de finalização nos seus acertos jurídicos, e um processo que já foi assinado com a



EMBRAPA, se não me engano, já está para pagamento, para fazer esse material didático e a multiplicação de técnicos no tema de transporte.

Nós temos também um projeto estruturante para a cadeia produtiva de ovinos, que foi uma demanda do setor produtivo; um projeto encabeçado pela EMBRAPA Pecuária Sul com vários parceiros; nós fizemos já uma sensibilização dos produtores durante a EXPOINTER, que reúne boa parte dos produtores de ovinos; e também a tradução de um material de outro projeto da Europa — o Welfare Quality, que o prof. Mateus citou —, e esse é o projeto AWIN, que é o protocolo de ovinos.

Nossa perspectiva ainda para este ano é fazer um STM Missions, que é o Sustained Training Missions, em parceria com a Europa. Será em Mato Grosso, e a data está para ser acertada. Haverá um seminário aqui em Brasília sobre produção e bem-estar animal, em 24, 25 e 26 de novembro — a data aqui está errada, em parceria com o IICA. Assim que possível, vou disponibilizar o convite para todos. Nós esperamos um avanço no SISBI-POA, que é justamente para englobar os serviços de inspeção estadual e municipal e trazê-los sob a responsabilidade da fiscalização do Ministério da Agricultura, visto que hoje nós temos veterinários mais qualificados e mais atentos às tendências e conhecimentos científicos em todas as oficinas do SISBI. O tema bem-estar animal é abordado; e normalmente elas lotam. O material da Warner and Protection é entregue. Nós estamos terminando — se eu conseguir tempo — o do comitê científico do bem-estar animal, porque é um grande gargalo para estabelecer qualquer tipo de normativa e ter conhecimento científico disponível aplicável à nossa realidade. E a questão do reconhecimento dos cursos de abate humanitário, que é um dos processos que eu mostrei antes, porque a capacitação é o mais importante. Um Deputado falou que nós somos o foco das grandes desgraças e o grande vilão, mas nós também somos a grande solução, no momento em que nós temos boa vontade, educação e conhecimento para aplicar.

Então, ficam ali o *site* e o *e-mail*. Para qualquer dúvida e questionamento, eu estou à disposição.

Agradeço mais uma vez. Era isso que eu tinha para falar hoje aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputados, há algum inscrito?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado Izar, eu queria rapidamente saudar todos os nossos convidados aqui. Infelizmente, às vezes não



temos como acompanhar integralmente, como foi o meu caso hoje aqui, as exposições todas. Peguei parte, por conta das diversas atividades que nos absorvem nos trabalhos da Casa. Mas eu queria uma sugestão brevíssima e objetiva. Por exemplo, foram citadas várias coisas que estão pactuadas, do ponto de vista do entendimento, e que, do ponto de vista conceitual, representam um marco regulatório mais avançado com relação à questão dos abates, dos transportes, etc, etc. O que é que se poderia objetivamente? Porque aí é uma questão de nós tentarmos, Presidente Izar, por esta Comissão, a CPI, agregando outras Comissões pertinentes da Casa — a Comissão de Agricultura e a de Meio Ambiente, que têm a ver com o tema —, ver em que podemos efetivamente avançar nesse marco regulatório de algumas questões.

Por exemplo — e aqui já foi noticiado —, lá no meu Estado do Pará, houve hoje o naufrágio de uma embarcação de bandeira libanesa transportando 5 mil cabeças de gado. E, além do problema do que isso representa para esses animais, do ponto de vista sanitário, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista... as últimas notícias que recebi são as de que já está havendo saque desses animais, as pessoas já os estão esquartejando de qualquer jeito. É uma coisa frenética, até porque não há autoridade suficiente para controlar isso, pela dimensão que esse incidente produziu lá no porto de Barcarena. É evidente que esse incidente tenha a repercussão que teve pelo volume, pela expressão, mas isso é muito frequente na Amazônia, em proporções menores, e imagino que em outras regiões.

Eu acho que essa é uma questão em que precisamos urgentemente talvez até aproveitar a sensibilização da opinião pública diante desse fato, que amanhã deve estar em todos os jornais, em toda a mídia mundial e brasileira, para tentarmos avançar em algumas questões que possam representar um marco regulatório mais civilizado, mais protetivo.

A SRA. LIZIE PEREIRA BUSS - Mais ético.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mais ético, mais protetivo, em relação... por tudo o que isso representa, quer do ponto de vista do drama vivido por esses animais, absolutamente reféns e largados à própria sorte, quer do ponto de vista sanitário, quer do ponto de vista do que isso produz, inclusive de agressão ambiental.



Então, deixo aqui essa provocação aos nossos especialistas, no sentido de sugerir o que objetivamente — como a Lizie ilustrou aí com alguns exemplos — está pronto para tentarmos avançar nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quem quer responder ao Deputado Arnaldo Jordy?

O SR. MATEUS PARANHOS - Normalmente, essas situações... É uma catástrofe o que aconteceu lá, não é, Deputado? E nem sempre o problema é decorrente de uma ação mal planejada. Eu não sei o que aconteceu, se foi um mau manejo, se o navio não era adequado. Não sei o que aconteceu, mas nem sempre é assim. Às vezes, é um acidente decorrente do clima e tudo o mais, mas isso causa um impacto enorme. Aonde isso vai levar? Vai levar a uma pressão contra o transporte de animais, a exportação de animais vivos, e tal. No meu ponto de vista, a questão não é a exportação de animais vivos, mas como ela é feita, entende?

Eu tive a oportunidade de entrar em navios que estavam levando animais para a África: um para Angola e outro para o Egito ou Líbano — que já não é África —, eu não lembro bem. Um levava animais de elite e as condições eram ótimas; o outro levava animais que seriam engordados e depois abatidos lá, e as condições eram mais ou menos, como entrar num hotel 5 estrelas ou numa pousada mal cuidada e desqualificada completamente.

Então, talvez as regras que possam ser estabelecidas — eu não sei em qual fórum se discute isso, se é no Ministério da Agricultura, se, até por questão de navios de bandeira estrangeira, é em nosso Parlamento ou onde é — sejam para fixar uma condição mínima para isso, saber que acidentes também vão acontecer e talvez se ter mecanismos mais eficientes para lidar com essa situação do acidente, porque o que o senhor acaba de dizer também... O acidente em si é um problema, mas a falta de estrutura para lidar com a situação é um outro problema. Não haver autoridade suficiente para administrar o problema e controlar essa questão de as pessoas estarem pegando o animal provavelmente à unha e os matando lá talvez deixe o quadro ainda mais dramático. Então, são duas ações importantes.

Alguém deve parar, pensar e tomar decisões que envolvem coisas muito sérias, inclusive a questão de relações internacionais, uma vez que esses animais são destinados à exportação, não é transporte interno.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Algum dos expositores quer fazer uso da palavra?

A SRA. TANIA MARIA DE PAULA LYRA - Eu queria fazer um rápido comentário. Posso falar daqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode, pode, para as considerações finais.

A SRA. TANIA MARIA DE PAULA LYRA - Quero dizer apenas que, na nossa apresentação, nós nos referimos ao crédito e gostaríamos de insistir nele, porque houve uma orientação aos produtores de construção de certas instalações, até pela EMBRAPA — vamos dizer, galpões do tipo californiano, e tal —, anos atrás. Agora, a orientação é diferente. Então, nós precisamos apoiar, para que eles se adaptem. E é preciso prazo e recursos para isso, né? A outra é em relação ao ensino do comportamento animal: a etologia. Pouca gente até sabe o que é etologia. Em 1981, a Universidade Federal de Santa Catarina teve o primeiro curso de Etologia e o mantém até hoje. Depois a UNESP, em 1983, fez um...

Bem, eu estive na CAPES fazendo, como pesquisadora, uma consultoria, e o Presidente da CAPES nomeou-me assessora direta dele, apesar de ser consultora. E uma das coisas que nós tivemos, e aí eu fui... Ainda bem que o Renato Janine era amigo, trabalhava na mesma sala que eu. *(Riso.)* Mas o Janine estava, na época, vendo os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, e eu estava fazendo a avaliação do conhecimento científico gerado por esses cursos na área de Ciências Agrárias. E estavam fechando cursos que tinham Etologia — sugestão da Comissão de Avaliação! Estavam fechando um curso de mestrado, de Santa Catarina inclusive, dizendo: *“Há poucas pesquisas. Bem-Estar Animal tem pouca pesquisa, para que é que nós vamos ter esse curso?”*.

Aí eu fui lá com o Janine, e conseguimos convencer a CAPES a fazer a manutenção desses cursos. E, justamente, por que eu fiz isso? Porque, na ocasião, eu estava fazendo parte de uma banca de defesa de tese em Bem-Estar Animal e acabei conhecendo a situação e o problema. Então, é preciso mais divulgação, mais entendimento, conhecer quem é o Dr. Paranhos, a seriedade dessas pesquisas.

Outra coisa é educação e fiscalização, de que um dos Deputados falou — um, não, acho que mais de um. Isso é fundamental. Por exemplo, essa relação do problema do navio hoje é com educação ou com fiscalização? Porque esses



desastres acontecem com pessoas. Há pouco tempo, num ônibus, houve um acidente em São Paulo e morreram muitos jovens que estavam indo para uma praia no fim de semana. A mesma coisa acontece constantemente lá no Norte do País.

Então, nós precisamos de leis duras, mas que realmente tenham uma punição severa, senão não adianta ter a lei. Como ele citou, a lei do Getúlio — que eu cito como pioneira, o Brasil foi pioneiro — é claro que está ultrapassada, é claro que ela tinha de ser mudada. Então, ampliar a pesquisa em cursos de Agroecologia, em cursos de Bem-Estar Animal, é fundamental. E eu acho que o setor privado está do lado de toda pesquisa, do Ministério e de quem quer trabalhar com isso, porque o produtor quer criar correto, ele quer fazer a coisa certa, porque ele sabe que precisa ganhar com o seu trabalho. Mas, para ganhar, se ele não fizer certo, ele não consegue.

Então, eu queria só agradecer e parabenizar o evento, mas parabenizá-lo mesmo, porque um dos Deputados falou aqui que nós estamos mal, mas eu achei que nós estamos muito bem, pois ter o Deputado Ricardo Izar trazendo esse problema para uma Comissão com outros Deputados participantes e ter a opinião do senhor e de outros já é um avanço fantástico. Então, eu saio feliz. Eu vi um avanço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria fazer uma última pergunta aqui a qualquer um dos membros que pudesse me explicar: de onde vem o termo abate humanitário? Qual é o sentido de usar o termo “abate humanitário” se não há uma forma humanitária, por exemplo, de se abater um ser humano? Ou há? Por que nós usamos o termo “abate humanitário” quando a gente vai sacrificar um animal?

O SR. MATEUS PARANHOS - A atitude é humanitária. É um abate com respeito. É um abate em que você está preocupado em minimizar o sofrimento, está preocupado em evitar situações de risco para quem está ali na iminência da morte. Então, é a atitude humanitária, não é... Porque, quando você pega isso no inglês, é *humane slaughter*. Há muita gente que traduz como abate humano, o que não faz nenhum sentido. A gente encontra isso. E a palavra “humanitário” às vezes é muito mal interpretada também. Então, a atitude é humanitária: eu estou fazendo isso com respeito ao animal.



Essa atitude não é nova. Existem muitas religiões e crenças mais primitivas em que o momento do abate era uma oferenda a Deus e se fazia uma prece. Então, isso também está presente na religião, essa manifestação, essa consideração, o respeito àquele ser que está dando a vida para o seu benefício.

A SRA. LIZIE PEREIRA BUSS - Uma das coisas também que eu acho é que o ser humano, por ter essa capacidade cognitiva enorme — animais raciocinam, tá?; muitas vezes, as pessoas falam “animais irracionais”; na verdade, eles raciocinam, sim —, tem uma capacidade muito maior de controlar o próprio ambiente, tanto que nós o alteramos para satisfazer as nossas necessidades como animais, porque nós somos animais também.

E uma das coisas que eu acho interessante é nós chamarmos de abate humanitário, porque nós controlamos os elementos que podem gerar dor e sofrimento. Na natureza, morte é uma coisa que vai acontecer para todo mundo. Todos nós aqui vamos morrer um dia. A morte em si é um fim, é o fim da vida. Na natureza, eu não conheço nenhuma morte que não seja de animal sendo perseguido e comido, estrebuchado ou morrendo de fome. Mas nós temos condições de oferecer uma morte diferenciada para esses animais, controlada, com menor risco e com menor sofrimento. Nós temos essa competência. Então, também eu acho que...

Zé, tu queres complementar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós recebemos várias perguntas pela Internet que vou encaminhar para os expositores. Se vocês puderem respondê-las, porque não vai dar tempo de... Já começou a Ordem do Dia, nós não vamos poder deliberar os requerimentos, vamos deixá-los para a quinta-feira que vem. Para quem quiser mandar proposições legislativas, o Deputado Alexandre Serfiotis é o Sub-Relator, que vai fazer as proposições legislativas da CPI.

Quero registrar a presença do Deputado Arnaldo Jordy, porque o Deputado Arnaldo Jordy amanhã vai ser Relator do projeto mais importante da causa animal nesta Casa, que é a alteração da natureza jurídica do animal, de coisa, de rês, para sujeito. Será amanhã na CMADS, cuja audiência está marcada para a parte da manhã. E eu já agradeço, de antemão, o seu parecer favorável ao projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Tomara que seja aprovado!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tomara que seja aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 8 de outubro de 2015, quinta-feira, às 9h30min, para prestar esclarecimentos sobre verbas liberadas para o Instituto Royal e para prestar esclarecimentos sobre maus-tratos aos animais no Instituto Royal.

Na ocasião, serão ouvidas as seguintes pessoas: Ingrid Dragan Taricano, Diretora Científica do Instituto Royal; Luiz Antônio Barreto de Castro, ex-Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que autorizou a liberação de verba no valor de 5 milhões ao Instituto Royal; e Ogari Pacheco, Presidente da Cristália farmacêutica, além da deliberação dos requerimentos que estavam pautados para hoje.

Está encerrada a reunião.